

ZONA DO CACAU

18
2233

v. 96

As fotografias que aparecem nesta edição foram tiradas pelo Sr. Antônio Francisco de Mendonça Neto.

★

Cartograma de Otto R. Bendix

Exemplar N^o 0916

1957

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S/A. — São Paulo, Brasil

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SÉRIE 5.^a

★

BRASILIANA

★

Vol. 296

MILTON SANTOS

(Professor da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia
e Catedrático de Geografia do Colégio Municipal de Ilhéus
— Sócio efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros)

★

ZONA DO CACAU

Introdução ao Estudo Geográfico

★

2.^a EDIÇÃO

(revista)

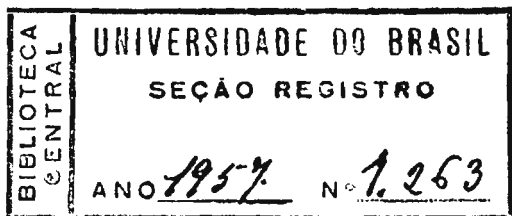
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

OUTROS TRABALHOS DO AUTOR

- O Povoamento da Bahia, Suas Causas Económicas* — Bahia, Imprensa Oficial, 1948.
- Estudos Sobre Geografia* — Bahia, Tipografia Manu, 1953.
- Os Estudos Regionais e o Futuro da Geografia* — Bahia, Imprensa Oficial, 1953.
- Ubaitaba, Estudo de Geografia Urbana* — Bahia, Imprensa Oficial, 1954.
- Problemas de Geografia Urbana na Zona Cacaueira Baiana* — Bahia, 1956 (mimeografado), 25 págs. e um mapa.
- O Papel Metropolitano da Cidade do Salvador* — Bahia, 1956.
- Zonas de Influência Comercial do Estado da Bahia* — Diretório Regional de Geografia, Publicação n.º 2 (mimeografado), 17 págs. e um mapa, 1956.



Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo



ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	7
I — A ZONA DO CACAU	9
Região e Zona	14
II — O CACAU E O QUADRO NATURAL:	
1 — O cacau e o clima	17
2 — O cacau e a floresta	19
3 — A floresta e o solo	25
4 — O cacau e o solo	25
III — A CULTURA DO CACAU:	
1 — Os processos culturais	27
2 — Uma grande fazenda de cacau: <i>A Fazenda Morro Redondo</i>	30
IV — POVOAMENTO E POPULAÇÃO:	
1 — O povoamento	39
2 — A população	46
V — O "HABITAT" RURAL:	
1 — O "habitat" rural	49
2 — Os tipos de casas	53

VI — PROBLEMAS DE GEOGRAFIA URBANA:	
1 — Evolução dos transportes e mudan- ças de hierarquia	57
2 — Tentativa de classificação funcio- nal das aglomerações	70
VII — OS TRANSPORTES:	
1 — Os portos	81
2 — As rodovias	84
3 — As ferrovias	86
4 — Os aeroportos	87
VIII — O COMÉRCIO DO CACAU:	
1 — O comércio internacional	89
2 — O comércio local	91
IX — A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CACAU	97
X — ALIMENTAÇÃO NA ZONA CACAUEIRA	101
XI — OS TIPOS HUMANOS:	
1 — O fazendeiro	105
2 — O exportador	107
3 — O banqueiro	108
4 — O trabalhador	109
XII — ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS	111
<i>Bibliografia Sumária</i>	125

PREFÁCIO

A zona cacauqueira da Bahia é a mais nova de nossas zonas de produção, e, entretanto, a mais rica. Cabem-lhe, no conjunto do país, cerca de 95% da produção total de cacau, o que nos confere o 2.º lugar na estatística mundial. Tem o cacau, na economia do Estado, um papel de relêvo, já que de sua cultura, direta ou indiretamente, beneficia-se o erário com muito mais de metade do seu orçamento, constituindo, por si só, o sustentáculo de sua vida econômica. As crises que o abalam — crises, aliás, muito comuns aos produtos primários — não se limitam à zona produtora, mas se refletem, indelêvelmente, em todo o Estado da Bahia, cujas finanças também se regozijam com os seus períodos de bonança.

A Bahia ainda não soube compreender a riqueza que tem e como poderia multiplicá-la, se convenientemente explorada. Responsável, por isso, é, sobretudo, a desastrosa ignorância em que vivemos a propósito de tudo, ou quase tudo, que nos diz respeito.

A respeito da zona do cacau a verdade é que poucos trabalhos têm sido publicados, abordando aspectos particulares ou problemas técnicos, sem falar na literatura que à realidade de uma sociedade em estruturação oferece à imaginação dos romancistas. Faltam à zona cacauqueira baiana estudos de conjunto, que a vejam e apresentem como um todo, mostrando como os elementos nela presentes agem entre si, como a terra e o homem puderam harmonizar-se na formação de uma personalidade regional bem diferenciada.

A nossa tentativa não é, nem poderia ser definitiva. Organismo ainda em formação, em fase de acelerado crescimento, seria uma temeridade querer fixar a sua imagem. Há, porém, alguns aspectos realmente característicos da terra e da gente, cujo traço de união, inegavelmente, é o gênero de vida. O cacau é, como produção agrícola, o responsável por inúmeros dos traços da fisionomia do seu "habitat", tanto no aspecto econômico, como no social, e, até mesmo, no psico-social. As páginas que se seguem procuram demonstrar essa evidência. Dar-nos-emos por satisfeitos se fôr este o ponto de partida para estudos mais completos e mais fecundos.

*
* * *

A expressão "revista e melhorada" que já se tornou chavão nas reedições podia figurar no frontispício desta, sem qualquer falsidade. O Autor procurou expungir da edição original os erros e equívocos que observou depois ou lhe foram apontados. E acrescentou, também, alguns dos resultados de pesquisas e trabalhos seus mais recentes, estimulados pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, como é o caso dos capítulos intitulados "Problemas de Geografia Urbana", "O Comércio do Cacau", e "A Industrialização do Cacau". Outros capítulos sofreram, outrossim, modificações substanciais.

A obra, porém, prossegue com o aspecto e a intenção originais — retratar em miniatura, mas com honestidade, uma das mais interessantes e características regiões do Brasil.

M. S.

I — A ZONA DO CACAU

A PORÇÃO DO TERRITÓRIO baiano que mais se presta à produção do cacau quase confunde os seus limites com a parte sul do mesmo Estado. Estende-se desde as proximidades do Recôncavo até o extremo sul da Bahia. É representada, no dizer de Josué de Castro, “por uma estreita faixa de terras de solo de decomposição de floresta tropical, compreendida entre os terrenos baixos de sedimentação do litoral e a montanha que, nesta região, se aproxima muito da costa”.

S. Fróes de Abreu dá como limites à “monocultura cacaueira” a chamada zona de baixada da floresta sul, sendo a floresta alta, montanhosa, utilizada para outros fins” (Revista Brasileira de Geografia, Ano I, n.º 1).

É bom notar que, nos terrenos sedimentares próximos ao litoral, o cacau de modo algum pode medrar, sendo êste o domínio do coqueiro e da piaçava, do mesmo modo que as regiões mais altas do sudoeste são pouco próprias à produção do cacau, conforme a observação de Bondar, que nos mostra como em Santa Inês e Areia, “o cacaueiro produz poucas e pequenas frutas, com as amêndoas imperfeitamente desenvolvidas e chatas”. É que o cacau, ao contrário do café, não gosta do planalto. O sudoeste é, na Bahia, a região que mais produz o café.

O estudo dos fenômenos naturais, nela ocorrentes, é de grande importância na caracterização da zona cacaueira.

E' o cacau uma planta de ecologia muito exigente, sòmente produzindo econòmicamente dentro de certas condições de solo, topografia e clima, sendo, sabidamente, mais importante esta última. Daí os limites de sua zona produtora serem dados em consonância com a incidência daqueles fatores naturais por êle requeridos, para que possa viver e florescer com vantagem. Essas condições são presentes nas terras do sul da Bahia, não havendo outra explicação para sua formidável adaptação. Nem tôdas as terras possíveis de cultura já estão aproveitadas. Assim não fòsse e o problema seria muito simples: haveria uma perfeita superposição do mapa da produção ao mapa das condições naturais.

O mapa das áreas produtoras também não satisfaz. Fora daquelas em que a produção é continuada, restam algumas ilhas de produção, ao sul e ao norte, o que complica o problema. Como, então, para fins de estudo ou com objetivos práticos, estabelecer limites à zona cacauera da Bahia?

A classificação oferecida pelo I. B. G. E., quando define a zona cacauera, vai ser obedecida por nós, no exame da maioria dos problemas. Mas, comparando-a com a estatística da produção, é irrecusável a existência de certas disparidades.

Alguns municípios de colheita considerável, como Jequié e Boa Nova, não são citados na classificação oficial. Compreende-se: devem ter sido as condições naturais, reinantes na maior parte daqueles municípios, que aconselharam a exclusão. E, pelo contrário, há alguns municípios, oficialmente considerados como da zona cacauera, mas que produzem muito pouco. O de Cairu, por exemplo, estando neste último caso, nem sequer comparece nas estatísticas do produto. Dêle não sai um bago de cacau. Seu caso deve, também, ter uma explicação: as condições naturais são semelhantes às dos outros, considerados da zona cacauera.

Um e outro fato nos autorizam a propor uma revisão, com base na realidade econômica atual e nas perspectivas de um futuro próximo. Assim, os municípios da zona do Extremo Sul bem poderiam ser enquadrados como partícipes da zona cacauêira, considerada em sentido mais lato. Essa zona vive, há tempos, da atividade madeireira, do criatório e de outras secundárias, mas sempre produziu algum cacau. A cacauicultura está, agora, ali, em franco progresso. O município de Alcobaça passou, em dois anos, de 23 para 47 mil arrôbas. E os outros municípios apresentam avanço também considerável. Só o de Caravelas nada produz. Mas, considerando que o seu pôrto serve ao escoamento do produto, tôda a zona do Extremo Sul pode considerar-se cacauêira também.

No sudeste do Estado, exceção de Jequié e Boa Nova, os outros municípios colhem porções maiores ou menores, mas sempre insignificantes. Não há como querer enquadrá-los na zona cacauêira. E, não por coincidência, aquêles dois são limítrofes da zona oficialmente chamada cacauêira: as condições naturais desta última prolongam-se até boa parte do seu território.

Assim podemos considerar como da zona cacauêira os municípios de Alcobaça, Belmonte, Boa Nova, Canavieiras, Caravelas, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Ituberá, Jequié, Marau, Nilo Peçanha, Mucuri, Pôrto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca. Da classificação oficial retiramos o município de Cairu, que nada produz e os de Valença e Taperoá, de produção menor que 25 mil arrôbas. Dêsse jeito, não há qualquer ruptura de área territorial a estudar — ela forma um todo e perfeita figura geométrica.

Mas, não é a totalidade do território dêsses municípios que produz cacau. A faixa produtora não coincide, realmente, com os limites administrativos. E', toda-

via, mais prudente tomá-los em globo, a fim de nos beneficiarmos dos dados estatísticos que, a cada instante, seremos obrigados a usar, sabendo, entretanto, que êsse é um artifício que, se não violenta ou deforma a realidade, pelo menos a amplia um pouco, em favor de facilidades didáticas. Por outro lado ainda não se conhecem, com exatidão, os limites distritais. E' interessante observar que se retirássemos da lista dos municípios acima enumerados, o de Jequié que pertence à região do Sudoeste, os demais municípios são, exatamente, os que formam as zonas cacauceira e extremo sul, cujo conjunto é vulgarmente conhecido como o "Sul", daí poder-se confundilas com a região econômica de produção do cacau. Ambas, aliás, têm quase as mesmas características, diferindo na intensidade de produção. É, também, digno de nota que dos outros municípios produtores de cacau, que não logram entrar na nossa lista, oito pertencem à região sudoeste, que parece não apresentar uma produção maior, inclusive, porque ali vão se tornando mais sensíveis as elevações do terreno, alcançando uma altitude incompatível mesmo com a produção do cacau.

Por outro lado, os municípios por nós enquadrados na zona cacauceira, também se entregam a outro gênero de exploração agrícola, principalmente à criação do gado. E' que, nêles, às faixas de agricultura, sucedem outras de terreno propício à pecuária e para tal aproveitadas, podendo-se, mesmo, dizer que não há um só município da zona cacauceira, onde também não haja criatório.

Somos, por isso mesmo, obrigados a adotar um critério prático e a conjugar os fatores de ordem meramente geográfica ou econômica que elegeram o sul da Bahia como o principal domínio da produção do cacau, com os limites dos municípios que, ao nosso ver, podem, nela, ser considerados.

De outra sorte, teríamos que apresentar uma zona cacauêira constituída de pedaços de diversos municípios, talvez até sem formar um todo, uma unidade, dentro do Estado, e impossibilitando, assim, alcançássemos os objetivos perseguidos em um estudo geográfico.

Segundo, porém, a classificação oficial, são, atualmente, 20 os municípios que formam a zona cacauêira baiana: Belmonte, Cairu, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Ituberá, Maratú, Nilo Peçanha, Taperoá, Ubatã, Una, Uruçuca e Valença. Os municípios de Coaraci, Itajuípe e Uruçuca foram recentemente desmembrados do de Ilhéus; o de Ibicaraí, do de Itabuna e o de Ubatã, do de Ipiaú. Porisso muitos dos dados estatísticos ainda não fazem referência aos mesmos.

*
* *
*

Consideradas as nossas modificações seria indispensável reconhecer dentro da Zona Cacauêira a existência de pelo menos duas sub-zonas, uma que estaria constituída pela zona cacauêira própria dita (de acôrdo com os critérios oficiais) acrescentado o município de Jequié e retirados aquêles anteriormente citados; e outra, formada pela zona do Extremo Sul.

Na primeira dessas sub-zonas, que corresponde "grosso modo" à zona cacauêira da classificação oficial, não será, também, difícil distinguir um nódulo central e uma área periférica. Aqui, a cultura cacauêira já começa a se misturar, seja dentro do território municipal, seja dentro das propriedades rurais, com outras atividades agrícolas.

A área central está formada pela maior parte dos municípios de Ubatã, Ipiaú, Ubatiba, Itabuna, Ilhéus, Uruçuca e Itajuípe, e parte considerável dos de Canavieiras, Belmonte, Coaraci, Ibicaraí, Una e Itacaré.

Os municípios de Jequié, Ituberá, Nilo Peçanha, Camamu e Maraú têm uma grande porção cuja atividade predominante é a cultura cacaueteira. Mas é inegável que constituem uma área periférica, em relação àquela outra.

Em suma, o quadro em que concebemos a zona cacaueteira, para fins oficiais, vai muito além da realidade. Outra solução, entretanto, não seria possível. Temos de considerar os municípios como um todo. Isso não impede que a essas conveniências de ordem prática, responda a geografia com a evidência dos fatos.

REGIÃO E ZONA

Pode-se, também, falar da existência, na Bahia, de uma verdadeira *região cacaueteira*, isto é, uma área maior de que faz parte a *zona cacaueteira*, e que a ela está íntima e funcionalmente ligada. É um fenômeno muito comum aos países novos e que aqui se desenvolve sob as nossas vistas: a formação de uma região.

Há poucos lustros atrás, no Sul da Bahia, havia apenas a zona cacaueteira. Inicialmente, quando a cultura ainda não amadurecera e as pequenas propriedades que a iniciavam eram policultoras, havia uma certa diferenciação, mas dentro de cada uma delas. Depois, quando a zona se tornou monocultora, os alimentos passaram a ser produzidos fora e comprados a pêsso de ouro. Abria-se, assim, um vasto mercado — vasto e compensador — tanto mais importante quanto mais se elevava o nível das populações locais. Isso, ao lado da abertura, em grande número, aliás, de estradas, demandando os extremos da zona e pondo-a em contacto com áreas de vocação diferente, animou, nas terras vizinhas, o seu aproveitamento, seja para a criação, seja para a policultura.

Nasce, assim, abrangendo a *zona cacauqueira* e às suas custas, isto é, às custas das suas necessidades e dos seus capitais, uma verdadeira região, a região cacauqueira, cujos limites não são muito definidos, nem definitivos, mas cuja realidade se constata não apenas pelas linhas de transporte que se estabelecem, cada vez mais densas e profundas, mas pelas trocas comerciais e de toda natureza, cada dia mais intensas.

A região cacauqueira, segundo também nota, em recente trabalho, Carlos de Castro Botelho, está formada por três faixas paralelas, três verdadeiras zonas, cujas atividades econômicas se associam, muito estreitamente, às condições locais de solo e clima.

A faixa litorânea é o domínio da atividade extrativa vegetal (côco, piaçava, dendê). Segue-se-lhe a faixa cacauqueira, de largura variável, mais dilatada em Ilhéus e Itabuna, (que é a área onde ela mais se aproxima do litoral) e estrangulada em Ipiaú. Por último vem a faixa policultora e de criação. Entre a zona propriamente cacauicultora e a zona propriamente de pecuária está, bem nítida, uma área de transição, onde, nas propriedades agrícolas se justapõem ambos os gêneros de vida.

Do ponto de vista da geografia urbana essa zona de passagem sofre, de um lado, as influências recíprocas de Jequié e do conjunto Ilhéus-Itabuna e, de outro lado, as desse conjunto e as da cidade de Conquista. A cota dos 300 metros é uma espécie de limite natural entre a zona cacauqueira e a de pecuária.

ESTADO DA BAHIA
Municípios produtores de cacau (1955)

MUNICÍPIO	PRODUÇÃO TOTAL (sacos de 60kg)	PROD. POR PÉ (kg)	PRODUÇÃO POR HECTARE (sacos de 60kg)
Alcobaça.....	11.666	1,999	20
Belmonte.....	121.857	0,503	5
Boa Nova.....	80.000	1,000	10
Camamu.....	290.000	1,977	20
Canavieiras.....	188.000	0,376	2
Coaraci.....	39.991	0,726	7
Ibicaraí.....	128.000	0,590	6
Ibicuí.....	12.640	1,200	8
Iguai.....	166	1,245	8
Ilhéus.....	373.333	0,699	7
Ipiatã.....	60.000	0,685	12
Itabuna.....	280.000	0,617	6
Itacaré.....	52.500	0,984	6
Itajuípe.....	185.100	0,624	6
Ituberá.....	68.328	0,733	13
Jaguaquara.....	2.240	1,203	3
Jequié.....	65.000	1,000	18
Jiquiriçá.....	980	1,470	9
Lage.....	1.250	1,304	13
Maraú.....	26.000	1,794	11
Mucuri.....	34.000	1,980	20
Mutuípe.....	3.500	0,750	7
Nilo Peçanha.....	22.408	0,800	8
Poções.....	4.000	1,200	8
Pôrto Seguro.....	25.000	0,600	6
Potiraguá.....	2.500	0,500	5
Prado.....	33.368	1,177	12
Santa Cruz Cabrália.....	5.000	1,071	11
Santa Inês.....	180	1,200	8
S. Francisco do Conde.....	—	—	—
Taperoá.....	6.200	1,240	12
Ubaíra.....	1.333	1,999	20
Ubaitaba.....	83.330	0,454	4
Ubatã.....	20.000	0,600	11
Una.....	64.120	0,961	10
Uruçuca.....	111.075	0,800	8
Valença.....	6.670	1,250	23
TOTAL.....	2.409.735	(...)	(...)

FONTE: "Departamento Estadual de Estatística" (Bahia).

(...) As médias foram omitidas em vista de não corresponderem à realidade, pois não é comparável a produção dos diversos municípios.

II — O CACAU

E O QUADRO NATURAL

1) O CACAU E O CLIMA

NÃO SERÁ, apenas, uma simples imagem poética o dizer-se que o cacaueteiro depende mais do céu do que da terra. E' que, de fato, se as condições de solo influem na sua produção, determinando maior ou menor rendimento, são as condições de clima as preponderantes, pois, fora de certos limites, observados em tôdas as regiões cacauicultoras do mundo, a sua produção torna-se economicamente impossível.

O cacau é fruto que possui uma ecologia vegetal das mais exigentes, daí explica-se a sua preferência e adaptação nas terras do sul da Bahia, onde as suas necessidades são tôdas supridas. Gostando de umidade, tanto do ar, quanto do solo, ambos os requisitos são aí satisfeitos, pela abundância das chuvas, presentes durante todo o ano e alcançando aproximadamente dois metros anuais, com cerca de duzentos e dois dias chuvosos.

As chuvas não são uniformemente distribuídas durante o ano. As precipitações são mais notáveis entre novembro e abril. E' nessa quadra que se registram as chuvas de trovoada, acusando forte volume pluviométrico. Entretanto o maior número de dias de chuva nota-se é no inverno e no outono. Das 400 horas chuvosas do

ano, diz Manuel Messias Barreto em artigo sôbre o assunto, 143 são no verão e primavera e 257 no inverno e outono. E' que aquelas precipitações embora sendo mais curtas são, por outro lado, mais fortes. As horas chuvosas do verão distribuem-se em 100 dias, e as do inverno em 110, mas a precipitação média do verão é de 1 150 milímetros, enquanto a do inverno somente vai a 850 milímetros. Isso é o que faz ter-se a impressão de que o inverno é mais chuvoso. De fato, nessa quadra choverá maior número de vêzes. No verão, todavia, é quando a coluna pluviométrica alcança altura maior.

Apreciando temperaturas cálidas, entre 25° e 27°, que é o seu ótimo, mas reproduzindo bem, mesmo entre 23° e 28° e, por outro lado, não suportando temperaturas inferiores a 15°, o que vemos na zona cacaeira baiana é que a média das mínimas geralmente não desce de 16° no mês mais frio, que é julho, sendo a média do verão superior a 25° e a média anual beirando os 24°. A média das máximas, observação no período 1935-1946, que tomamos como ponto de referência, é de 35,5°. Nesse mesmo período a máxima absoluta foi de 37,8° em janeiro, comparável aos 34,5° de fevereiro, máxima das máximas alcançada em Fernando Pó, outra zona de produção do cacau.

Quanto à umidade relativa, considerada como indispensável ao perfeito crescimento dos frutos, observamos que em todos os meses, exceto em anos de exceção, há dias em que a umidade chega aos 100%, isto é, ao estado de absoluta saturação, consignando maior média mensal em junho, com 88% e a menor com um pouco menos, isto é 85%, em janeiro, no período acima considerado. São todos êsses fatôres, associados à direção e natureza dos ventos, que fizeram da zona sul da Bahia a eleita pelo cacaeiro. Os ventos secos, como se sabe, fazem diminuir a produção. Não é de admirar-se que seja essa a cultura mestra, quase única, da região. Foram as suas

condições naturais, melhor diremos que as suas condições atmosféricas, que agiram nesse sentido. A natureza forneceu o quadro. E o homem fez o resto.

Tudo isso explica a ansiedade com que o homem da zona do cacau espera que do céu caiam as primeiras chuvas de verão. Delas é que dependerá a sua boa ou má fortuna. A safra fica na dependência das precipitações. E' de ver a alegria que de uma hora para outra resplandece na fisionomia de todos quantos têm sua vida ligada ao cacau, quando, após uma fase de estiaagem, o céu começa a carregar-se de nuvens côr de chumbo; que logo se desfazem em grossas bâtegas de chuva dadivosa. E' a própria fortuna a escorrer do céu em forma líquida. Mas, se não chove, como aconteceu há poucos anos, quando o flagelo da sêca estendeu seus tentáculos à própria zona do cacau, é tristeza e desolação que se vêem por todos os lados. São roças que se queimam, plantações que se perdem, negócios que se atrasam, o comércio que se paralisa, a estagnação, enfim, de tôdas as atividades. E' por isso que se diz que o cacau depende mais do céu do que da terra. Mais do céu que da terra dependem também todos quantos vivem do cacau, mesmo que não o plantem, nem o colham.

2) O CACAU E A FLORESTA

São íntimas as relações do cacauero com a floresta. Se a preserva, com a prática do cabrocamento, que é o plantio sem destruição do manto florístico, são as árvores de maior porte que protegem o crescimento do cacauero e, afinal, vão ajudar-lhe a própria frutificação. A plantação de cacau fica sendo simplesmente um verdadeiro sub-bosque, ensombrado pela floresta persistente. Se se destrói a floresta, queimando-a ou, simplesmente, derrubando-a, para, em seu lugar, adubado já com as cinzas

QUADRO DOS FATORES MÉDIOS NORMAIS

MESES	Pressão em Milibars	TEMPERATURA					UMIDADE		
		MÉDIAS DAS			ABSOLUTAS		Médias	Maior	Menor
		Médias	Máximas	Mínimas	Máximas	Mínimas			
dezembro.....	986,1	25,1	35,5	20,2	35,6	15,4	85,2	100	40
janeiro.....	980,2	25,4	32,2	20,6	37,8	17,0	85,0	100	40
fevereiro.....	985,9	25,3	31,7	20,5	37,2	16,6	85,5	100	42
VERÃO.....	986,1	25,3	31,8	20,4	37,8	15,4	85,2	100	40
março.....	985,9	25,3	31,9	20,7	36,4	17,0	86,3	100	46
abril.....	987,2	24,4	30,5	20,5	36,8	16,7	87,9	100	46
maio.....	988,9	23,0	28,9	18,9	35,2	14,2	87,7	100	50
OUTONO.....	987,3	24,2	30,4	20,0	36,8	14,2	87,3	100	46
junho.....	990,9	21,8	27,7	17,6	34,0	12,3	88,0	100	43
julho.....	992,6	20,9	26,7	16,9	33,0	11,8	87,4	100	40
agosto.....	991,9	21,1	27,4	16,5	32,4	12,6	86,3	100	35
INVERNO.....	991,8	21,3	27,3	17,0	34,0	11,8	87,2	100	35
setembro.....	990,6	22,0	28,2	17,2	34,2	12,0	86,6	100	41
outubro.....	988,4	23,6	29,8	18,8	35,8	13,8	85,8	100	46
novembro.....	986,1	24,5	30,5	19,7	36,1	15,6	85,8	100	47
PRIMAVERA.....	988,4	23,4	29,5	18,6	36,1	12,0	86,6	100	41
MÉDIA ANUAL.....	988,4	23,5	29,8	19,0	37,8	11,8	86,6	100	35

FONTE: Instituto do Cacau da Bahia — Divisão Técnico Agrícola

REFERENTES AO PERÍODO DE 1935/46

CHUVA		Evaporação	Nebulosidade	VENTOS		NÚMERO DE DIAS DE				
Quantidade	Números de dias			Direção pred.	Velocidade	Trovoadas	Relâmpagos	Orvalho	Nevoeiro	Ventania
146,9	16	137,2	6,2	NE	1,1	4	3	9	7	1
161,9	17	172,7	5,9	E	1,0	3	3	9	8	1
159,5	17	162,3	5,6	E	1,0	3	3	8	9	1
468,3	50	470,2	5,9	E	1,0	10	9	26	24	3
232,0	20	159,8	5,7	E	0,9	5	3	10	11	1
258,6	21	124,5	6,0	SE	1,0	3	3	6	9	1
177,7	18	116,8	6,3	SE	1,1	—	1	9	11	1
669,3	59	401,1	6,0	SE	1,0	8	7	25	31	3
160,8	18	112,2	5,6	SE	1,0	—	—	10	11	1
135,2	19	92,8	6,3	S	1,1	—	—	9	10	1
102,1	17	110,0	5,4	E	1,1	—	—	12	12	2
398,1	54	315,0	5,8		1,1	—	—	31	33	4
106,9	17	114,8	6,0	E	1,3	—	—	9	10	2
120,9	14	130,7	6,1	NE	1,1	1	1	10	9	1
187,1	16	125,7	6,4	NE	1,1	3	2	8	7	1
414,9	47	371,2	6,2	NE	1,2	4	3	27	26	4
1.050,6	210	1.557,5	6,0	E	1,1	22	19	109	114	14

Estação Central de Experimentação do Cacao — Serviço Meteorológico

ALTURA DAS CHUVAS NA REGIÃO CACAUEIRA

LOCAIS	JANEIRO		FEVE- REIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias
Fazenda S. Salvador	146,0	15	51,0	6	98,0	10	104,0	10	84,0	10	99,0	10
Fazenda Sta. Isabel	146,5	22	28,8	4	119,0	10	105,8	11	105,9	15	90,2	11
Fazenda São João	164,3	20	117,5	15	143,4	15	217,4	18	194,1	17	88,9	8
Fazenda Mucambo	168,6	19	73,2	10	123,2	17	86,0	12	121,2	13	67,6	9
Est. Cent. Experiment- al.....	136,0	26	64,3	15	146,5	20	190,2	18	92,7	15	125,5	14
Sub-Est. Almada..	187,0	22	69,0	12	267,0	21	192,0	16	131,5	13	122,5	9
Fazenda São José	180,0	21	85,0	14	248,5	21	125,5	14	130,0	17	86,0	11
Fazenda Amaralina	193,0	19	—	—	—	—	—	—	—	—	114,0	16
Ibicaraí.....	177,2	20	51,9	12	185,5	18	113,9	17	90,6	17	63,7	12
Coaraci.....	135,7	16	76,5	12	174,2	19	126,1	11	82,6	16	46,4	8
Buerarema.....	136,1	22	102,2	13	232,9	22	109,7	17	90,2	15	76,0	11
Fazenda Belecho...	195,0	15	142,0	12	65,0	10	103,0	13	73,0	15	122,0	16
Fazenda Rio do Braço.....	179,0	8	120,0	7	138,0	4	192,0	8	113,0	7	130,0	18
Rio Branco.....	340,0	27	173,6	14	453,0	20	205,1	20	136,0	22	75,5	11
Fazenda Niteroi...	143,0	14	54,0	7	274,0	23	159,0	17	161,0	17	113,0	10
Ituberá.....	221,8	23	129,0	21	105,4	18	180,7	17	178,5	15	152,9	17
Gandu.....	85,6	21	70,5	13	54,9	17	107,8	15	110,2	14	114,0	16
MÉDIA REGIONAL	172,6	19	88,0	12	176,5	17	144,9	15	119,7	15	99,2	12

FONTE: Instituto do Cacau da Bahia — Divis

DA BAHIA, NO DECURSO DO ANO DE 1946

JULHO		AGÓSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias	Altura (milim.)	N.º de dias
123,0	12	117,0	14	71,0	7	34,0	4	33,0	3	42,8	4	1.002,8	105
93,5	10	120,8	15	141,0	6	20,9	4	67,6	2	43,4	5	1.109,4	115
155,2	12	107,7	18	151,0	13	59,2	8	26,2	4	72,5	9	1.498,0	157
124,7	11	89,5	15	101,8	9	62,7	13	61,7	7	85,4	12	1.165,6	147
122,7	18	113,3	21	151,7	15	54,4	14	99,7	12	130,9	20	1.427,9	208
148,0	13	137,0	21	113,5	13	62,5	16	48,0	11	132,5	9	1.610,5	176
71,0	14	87,0	19	77,0	13	70,0	9	117,0	8	82,0	14	1.389,0	175
86,0	11	79,0	19	68,5	14	68,0	12	105,0	12	63,0	14	—	—
87,3	13	86,5	15	71,4	14	53,2	10	87,2	8	65,2	13	1.133,6	169
53,6	8	80,5	18	66,1	8	45,8	8	49,0	6	46,4	12	982,9	142
79,9	16	61,7	19	68,4	15	64,3	11	117,3	12	78,6	16	1.217,3	189
66,0	13	77,0	11	73,0	11	33,0	6	38,0	9	36,0	7	1.023,0	138
67,0	7	77,0	11	70,0	8	41,0	6	65,0	6	97,0	8	1.289,0	98
103,7	15	101,0	19	76,0	18	90,8	12	92,2	9	81,6	19	1.929,8	206
126,0	11	114,0	20	85,0	7	73,0	10	64,0	7	73,0	8	1.439,0	151
233,1	22	180,4	21	177,5	18	61,7	10	37,1	3	103,7	16	1.761,8	201
87,4	19	105,7	21	107,4	19	54,7	10	44,1	5	82,5	11	1.024,8	181
107,5	13	102,4	17	98,3	12	55,8	10	69,5	7	77,5	12	1.311,9	161

dos troncos rolados, fazer o plantio das árvores dos frutos de ouro, certo é que, depois da primeira fase de evolução, em que os cacauicultores se valem de bananeiras e outras plantas dêsse porte para o sombreamento, surge a necessidade de replantação de uma ordem de árvores de dimensões mais altas, como que a restauração da floresta, indispensável para criação do ambiente sombrio de que o cacauero necessita. Gostando de calor, mas não de muita insolação, o cacau e a floresta são inseparáveis.

Não se pode, por outro lado, recusar uma palavra à formidável adaptação do cacauero às condições da zona tropical. Todos quantos estudam as condições de florescimento da agricultura em zona de floresta tropical são concordes em que a substituição pura e simples do espesso manto vegetal por ralas formações de culturas herbáceas, traz em consequência a rápida perda dos solos, que se deslocam por erosão, a laterização e afinal, a impossibilidade de prosseguir na atividade agrícola seja permanentemente, seja temporariamente. Teríamos que recorrer a uma agricultura itinerante, nômade, incompatível com a civilização moderna e com a procura de altos rendimentos que caracteriza a moderna técnica agrícola.

A solução, digamos verdade que empíricamente encontrada na Bahia, com o cultivo do cacauero, em zona de mata tropical, é solução de sabedoria, porque evidentemente ecológica, não desrespeitando os mandamentos da Natureza, mas a êles se adaptando em busca de maiores rendimentos. Poder-se-ia garantir que, se em lugar do cacau aí se plantassem certas culturas européias, seria muitas vezes maior o desgaste do solo, o seu empobrecimento e até mesmo a sua incapacidade temporária ou permanente para as tarefas agrícolas. Sabe-se que as culturas alimentares secas exigem do solo dez vezes mais que as culturas arborescentes adaptadas às condições do meio tropical.

3) A FLORESTA E O SOLO

A floresta junta-se ao cacau na sua tarefa de restituir ao solo boa parte dos princípios orgânicos que dêle retira para sua alimentação. As folhas que incessantemente vão caindo ao chão, antes de se decomporem para formação de espessa camada de matéria orgânica, formam um "mulch", que evita a rápida evaporação das águas de chuva, permitindo que o solo fique permanentemente ensopado de umidade, o que tanto reclama a árvore do cacau. Por isso não se deve limpar o solo dessas folhas caídas. Elas representam uma garantia de que as chuvas não carregarão da terra os princípios orgânicos: são uma espécie de barreira à ação da erosão. Protegem, juntamente com as raízes das árvores e arbustos, o rico solo móvel, possível, sem essa alternativa, de ser levado pelos rios e desaparecer nas profundezas do mar. Pode dizer-se que o cacau cria o seu solo, ou, pelo menos, que o conserva ou recria.

4) O CACAU E O SOLO

Se se indagar a um lavrador qualquer quais os terrenos propícios à plantação do cacau, êle, embora desconhecendo os princípios da ciência agrônômica e as verdadeiras exigências da planta, não deixará sem resposta o seu interlocutor. Dir-lhe-á que são bons os terrenos cobertos de mata ou onde sejam numerosas as pedras que aí estarão como que a protegê-los. A sua resposta, de um empirismo evidente, tem, entretanto, muita razão de ser. A presença da mata é garantia de uma boa camada de terra vegetal, pela devolução de princípios orgânicos através das folhas que caem. As pedras, por outro lado, de certo modo, são um obstáculo à erosão, servindo à fixação do solo. Certas árvores, como o jequitibá, a gameleira e

o pau d'arco são, também, tidas como indicativas das excelências do solo para a cultura cacauêira.

Sabe-se, porém, quais os gostos do cacau, no que se refere à pedologia. Prefere êle os terrenos onde haja sais de potassa e de fósforo, bem assim precisa de azôto e de cal. Adapta-se melhor no arqueano, nos terrenos de decomposição do cristalino, razão que, segundo explica Walter Alberto Egler, teria sido a responsável pela expansão maior da cultura, nos municípios de Itabuna e Ilhéus, onde os cacauais chegam bem perto do litoral, em virtude de a faixa arqueana alargar-se mais, no sentido de leste, que nas outras comunas da zona cacauêira.

A ausência de processos químicos de recuperação do solo, que sòmente conhece a adubação digamos natural, é responsável pelo seu esgotamento e pela queda sensível de produtividade que atualmente se registra nas plantações baianas. Segundo Gregório Bondar, a produção de cada tonelada de cacau comercial, em outras palavras cada hectare plantado, representa uma retirada ao solo de 112 quilos de matérias minerais, donde 60 quilos de potassa, 10 de ácido fosfórico e 20 de azôto.

III — A CULTURA DO CACAU

1) OS PROCESSOS CULTURAIS

UMA DAS PRÁTICAS mais comuns antes de ser plantado o cacau é a derruba, queima e limpa das matas. As árvores derrubadas podem, também, não ser queimadas, ficando a apodrecer sôbre o terreno. Assim se consegue uma adubação comumente chamada de física. Mas pode-se também recorrer depois à adubação química, aliás pouco utilizada na zona, para a qual se faz uma valeta a um metro do pé de cacau, nela depositando o fertilizante indicado.

Após a limpeza do terreno, cavam-se buracos com mais ou menos 5 centímetros de profundidade e collocam-se dentro dêles duas ou três sementes, (assim se uma não “pegar”, há esperanças de que as outras germinem).

A distância que deve ser mantida entre um pé e outro é de 15 palmos, sejam 450 pés em cada tarefa, regra a cuja obediência todos os lavradores mais ou menos se curvam. A sementeação é feita, de preferência, entre maio e junho, no período da lua nova. Dizem alguns cacauicultores de que o plantio feito na lua mingüante faz também o produto minguar, o que revela a boa parte de empirismo que ainda domina essa cultura.

A enxada e a picareta são instrumentos indispensáveis a êsse trabalho. Há também plantações feitas pelo macaco noturno de nome Jurupará, que se incumbem de

espalhar as sementes nas matas, depois de partir e comer o fruto. Tais plantações, como natural, são mal distribuídas, desordenadas, mas a elas se atribui uma grande frutificação e maior desenvolvimento.

Para melhor produção e desenvolvimento dos cacauieiros é necessário que se faça o seu sombreamento, com bananeiras, ou outra planta de pequeno porte, na primeira idade e com cedro, cajazeira, etc., sendo que a erythrina é a árvore de sombreamento permanente mais eficaz, embora ainda não usada em tôdas as fazendas, porque essa descoberta é relativamente recente.

Há, também, a prática do cabrocamento. Dá-se quando a mata, sendo formada de indivíduos de grande porte, não é exigida a sua derrubada, bastando conservar as suas árvores, para o necessário sombreamento. Esse é um proveitoso acôrdo em que lucram tanto a natureza quanto o homem.

Para maior resultado da produção exigem-se cuidados constantes e contínuos, quer com a planta, quer contra os parasitos, dos quais os mais elementares são a limpeza, (as limpas devem ser feitas todo ano), a podação, a tiragem do enxêrto, a abertura de valados para o escoamento da água, o que se faz mediante o uso da foice, da enxada e do facão. Mesmo essas operações rudimentares são esquecidas por boa parte dos lavradores, o que se reflete na pequena produtividade de seus cacauais.

Diversos inimigos têm a planta do cacau, sendo mais conhecidas a "podridão parda", a "formiga de enxêrto", o "azêdo", etc., para os quais os remédios são mais ou menos eficazes e nem sempre empregados racionalmente.

À podridão parda atribui-se a perda anual de mais de um têrço da produção baiana.

O cacauieiro pode atingir os dez metros de altura. O seu fruto é comumente amarelo, apresentando estreitas colunas que se ligam em 2 pontos, isto é, no vértice.

Sua forma é ligeiramente oval. Tem 20 a 25 centímetros de comprimento e 30, aproximadamente, de diâmetro. No seu interior, cobertas por uma película pastosa, aveludada, encontram-se as amêndoas, em número de 20 a 30, estimando-se que cada árvore forneça, em condições normais, cerca de 3 quilos. Partindo-se a infrutescência vê-se que as amêndoas estão empilhadas na forma do seu envoltório, havendo no centro a chamada "sibira", massa de cor branca que também entre elas se ramifica.

Há duas fases de colheita. Uma é a safra propriamente dita que começa em agosto e a outra é o chamado temporão, iniciado desde março. O "paradeiro" é a fase entre janeiro e março.

O cacau é colhido com podões amarrados em varas. Em seguida é arrumado em pequenos montes que os lavradores chamam de bandeiras, as quais, reunidas, formam as rumas. Depois de embandeirado e junto o cacau é quebrado, sendo os caroços conduzidos pelos tropeiros em caixas e no lombo de burros, para os cochos de fermentação, onde ficam de 6 a 7 dias. A proporção que as amêndoas se vão fermentando ficam coradas e quentes, sentindo-se ao longe o cheiro acre dessa operação. No côcho, ainda com a sibira, permanecem cerca de 4 a 5 dias, sendo que no fim da safra, às vezes êsse tempo é abreviado para três dias. Quando, porém, acontece o cacau ser colhido verde, a que dão o nome de "violeta", custa a fermentar e secar.

Depois de fermentado o cacau é levado para as barcas, onde vai ser pôsto a secar. Aí também é catada e pisada a sibira. Fazendas maiores possuem, para atender à sua produção, uma estufa, onde o calor provindo da queima de lenha substitui o calor solar.

As barcas são grandes tableiros cobertos por um telhado móvel de zinco e que impulsionado de uma extremidade desliza sobre rodas, cobrindo ou descobrindo

o taboleiro. Em baixo dessas barcaças ordinariamente ficam as residências dos trabalhadores.

Depois de sêco o cacau, é êle encaminhado ao depósito, onde, por vêzes, é atacado por borboletas, causadoras de grandes prejuízos. Em seguida, é o cacau ensacado em sacos de 4 arrôbas ou 60 quilos e transportado por trem ou caminhão para o pôrto de embarque.

2) UMA GRANDE FAZENDA DE CACAU : A FAZENDA MORRO REDONDO

Entre as mais notáveis fazendas de cacau do Estado da Bahia, avulta, pela sua inegável importância, a Fazenda Morro Redondo, que pela sua organização, pode ser apresentada como um perfeito modelo, entre as do seu tipo.

Descrição Física

A Fazenda Morro Redondo, que tem a extensão aproximada de 1.500 hectares está situada no município de Ilhéus, em terreno ligeiramente ondulado, de altitude média mais ou menos de 100 metros, havendo, porém, algumas elevações mais consideráveis, como o Morro Redondo que lhe empresta o nome e alcança, aproximadamente, 230 metros.

As formas de relêvo presentes nessa propriedade não fogem às características gerais da região em que ela se encontra. São peneplanícies de aspecto tabular, de altitude variável entre cem e duzentos metros, de quando em vez interrompidas por uma ou outra elevação mais notável. Mesmo assim, os moradores acham direito chamar de serras às repercussões mais sensíveis, ali, das serras atlânticas. E' uma denominação localmente aceita, mas errada geograficamente.

Além da chamada serra de Morro Redondo, há outras elevações, a que os moradores dão os nomes pitorescos de serra das Traíras, do Birimbau e do Genipapo, que formam uma linda paisagem.

A propriedade possui alguns riachos, de importância meramente local, como o Morro Redondo, que despeja suas águas no rio das Traíras e este último no rio do Boqueirão.

A vegetação ali, tanto a primária, como a secundária, é luxuriante e cheia de vida, cobrindo toda a região.

A paisagem natural, olhada por um observador que viaje de avião, quase em nada difere, em aspecto, da mata atlântica, pela sua aparente uniformidade, porque, com senso de objetividade, foram ali plantados os cacauzeiros, aproveitando para sombra as árvores já existentes, mas o observador que estiver de pés colados na terra, pode observar dois degraus na vegetação. Um primeiro andar, o das árvores plantados pelo agricultor e o segundo pavimento, das árvores que o homem ali encontrou, quando ocupou a região.

As outras plantações, de um modo geral, não fogem a essa regra, pois, quando a vegetação do segundo andar não é primária, foi substituída pelas árvores de sombra que, apesar de terem uma história diferente, oferecem, no conjunto, uma mesma paisagem.

O clima da fazenda é subtropical, mas os ventos que vindos do mar, constantemente arejam a herdade, possibilitam a existência de condições climáticas excelentes para a vida dos homens e das plantas.

Não há grandes oscilações de temperatura, entre os meses de inverno e de verão, mas durante o dia é comum a oscilação termométrica. Os meses mais frios são os de junho, julho e agosto.

A precipitação em Morro Redondo é muito grande, o que explica, em parte, a grande produtividade dos seus cacauais. Chove em quase todas as épocas do ano.

As instalações

A Fazenda tem uma bela aparência, apresentando várias casas de estilo moderno, em número, mais ou menos, de 32. São as moradas das pessoas mais importantes e de vários trabalhadores e, também, de funcionários do Instituto do Cacau, que, aí, tem uma filial.

As casas de Morro Redondo estão dispostas em avenidas. Na avenida principal ficam as casas dos proprietários e a casa onde estão situadas a capela e a escola. A "Casa Grande" possui dois andares. Em frente há um jardim.

Transversal a essa avenida estão as casas dos trabalhadores e as barcaças que são em número de 17: estas têm a forma retangular, servindo a sua parte superior para a secagem de cacau e a inferior para a moradia de empregados. Nos dois lados opostos da parte superior estão colocados dois trilhos que se alongam e são sustentados por pilares, comparando-se com o que é observado na grande maioria das propriedades da região.

Há, também, aí, uma grande estufa que, por meio de calor do fogo de lenha, exerce, com mais brevidade, a função cometida às barcaças. A estufa prepara o cacau com mais rapidez e sua utilização não depende do sol, o que a torna utilíssima nos meses de chuva. Há, também, um armazém, um açougue, uma barbearia, uma alfaiataria, um bazar, 7 garagens, uma carpintaria, uma oficina de ferreiro. Alguns prédios estão em construção, como sejam uma fábrica, para aproveitamento industrial do cacau, uma igreja e um cinema. No interior da plantação existem 40 casas feitas de taipa ou esteio.

O fornecimento de água à fazenda é feito por meio de cisterna, sendo que para a sede é canalizada, existindo, porém, um projeto de canalização para toda a fazenda.

Além das casas de residência existe uma igreja, um bazar que fornece os artigos de vestuário e de alimentação aos moradores, uma alfaiataria, uma farmácia e um prédio escolar com uma pequena biblioteca infantil. São matriculadas na escola cêrca de 100 crianças, das quais nem tôdas vivem na sede da fazenda.

A energia elétrica é fornecida por usina a óleo pertencente à propriedade, e é fornecida gratuitamente aos trabalhadores. A fazenda conta com um serviço de altofalantes.

O serviço sanitário é bom, havendo também serviços de esgotos, cuja tubulação termina em duas grandes fossas situadas distantes da sede.

Comunicação com o Exterior

Há quatro quilômetros de estrada de rodagem dentro da fazenda, e o transporte do cacau, na época da safra, dos locais de embandeiramento para a sede é feito por meio de burros que são em número de 90.

Depois do cacau receber todos os beneficiamentos necessários para o ensacamento, é transportado para Ilhéus, em caminhões pertencentes à fazenda. Antigamente êsse transporte era feito no lombo dos burros, prática que prevalece, ainda hoje, dentro da fazenda, por motivos óbvios.

O povoado mais próximo é Barro Preto, ficando distante cêrca de 6 quilômetros. A Fazenda Morro Redondo está localizada a 18 km de Itajuípe, cabeça de um dos mais importantes distritos do município de Itabuna, e a 64 de Ilhéus. Pertence administrativamente ao distrito de Barro Preto, no município de Ilhéus. Também dispõe de serviço telefônico ligando-se a Ilhéus e Itabuna.

A Vida na Fazenda

Pode dizer-se, entretanto, que Morro Redondo tem vida quase independente da maior parte dos centros acima citados, pois ali se encontram tôdas as utilidades necessárias à vida dos seus trabalhadores. O seu armazém pode ser considerado um modelo entre as casas do gênero. As vendas são feitas a dinheiro aos moradores de outras fazendas, mas aos seus próprios podem ser feitas a prazo de 8 a 30 dias, isto é, quando os mesmos trabalhadores recebem a fêria pelo trabalho dado.

Vende-se, também, por grosso e a retalho, exclusivamente a dinheiro, não deixando de haver também conta-corrente para as pessoas já creditadas, que têm seus depósitos em outros pontos pertencentes à fazenda ou, por vêzes, a outras.

O armazém de "Morro Redondo" é moderno, sendo as secções de vendas, distintamente separadas (tecidos, ferragens, farmácia, sêcos e molhados, etc.). Nêle há um bem montado escritório, e um serviço de telefone, para os mais próximos centros urbanos, Ilhéus e Itabuna.

Os Moradores

E' numerosa a população da Fazenda Morro Redondo, aproximadamente, de 300 pessoas, na sede, sendo a maioria, como é normal na zona, do sexo masculino, cêrca de 60 por cento. Calcula-se que morem na Fazenda cêrca de 200 famílias sendo 30 na sede e 170 no interior.

Vê-se por aí que é disperso o povoamento, graças ao grande número de roças que constituem o extenso domínio dessa plantação. Voltaremos ao assunto quando falarmos do "habitat" rural.

Assim encontramos, dentro da Fazenda, além do povoado principal que, além de tomar-lhe o nome, lhe

serve de sede, tanto social como comercial, vários ajuntamentos de casas, formando pequenos núcleos, aos quais estão ligados nomes interessantes como: Trairas, Limociro, Santa Rita, Boqueirãozinho, Berimbau, Mosquito. Êste último, tem uma referência particular quanto ao seu nome, assim se chamando pelo fato de os seus primitivos donos terem sido de pequena estatura. Êsses nomes lembram as roças e fazendas menores que foram sendo incorporadas, no decorrer da vida da "plantation" e a presença de tais pequenos núcleos atesta a sua grande extensão e produção.

A movimentação de trabalhadores é reduzida, havendo até um, que aí vive há 30 anos, ou seja, desde quando a Fazenda foi fundada. A maioria dos trabalhadores tem idade variável entre 20 a 50 anos. São na sua totalidade brasileiros, sendo que o Estado melhor representado entre êles é o de Sergipe, cujo contingente é o maior.

O que se come na Fazenda

A base da alimentação é a farinha, a carne e o feijão. A carne de boi é vendida uma vez por semana aos trabalhadores e êstes para conservá-la aplicam processos culinários comuns. Os trabalhadores comem carne verde durante dois dias da semana e no restante consomem o "jabá". Raramente comem frutas nas refeições — e quando isso fazem dão preferência à banana, laranja, ou jaca — uma vez que ditas frutas ficam distantes, sendo necessário que os trabalhadores façam colheita das mesmas, dentro dos cacauais. As frutas são abundantes e quando os empregados rurais não têm dinheiro para as suas despesas alimentam-se somente delas, tornando-se por isso enjoadas e rejeitadas para a sobremesa dos meses. Êste é um fenômeno que segundo nos parece se não escapa ao estudo da geografia — pertencerá mais ao estudo de psicologia aplicada.

A verdura é raríssima, pois não existem plantações de hortaliças na fazenda. Quanto ao leite poucos podem comprá-lo diariamente. É trazido da fazenda de um vizinho, sr. José Rosas, e sua quantidade não é suficiente para todos.

Na fazenda não se pratica a avicultura.

Pela manhã toma-se café (leite se se encontrar), come-se cuscuz ou pirão de farinha; ao meio dia e à noite farinha, carne e feijão. O arroz é raramente comido, bem como o pão que, de quando em quando, aparece da cidade. Os alimentos são adquiridos no armazém onde também se adquire o vestuário.

As crianças nos 3 primeiros meses tomam leite materno e na falta desse, comem papa de farinha de guerra, até completarem 10 meses, quando passam a ter a mesma alimentação dos adultos.

O crescimento da Fazenda

A fazenda Morro Redondo é uma das mais novas de toda a região. Os seus atuais proprietários, quando ali chegaram, em 1919, encontraram quase que somente a mata, pois a plantação de cacauzeiros era muito reduzida.

A sua primeira colheita foi de quinhentas arrôbas, insignificante se levarmos em conta a produção atual de quase quarenta mil.

A fazenda S. Jorge, era este o seu primitivo nome, quando foi comprada, tinha 10 hectares de superfície. Hoje, porém devido à agregação, por compra, de roças que lhe eram vizinhas, mediante quase 500 escrituras de compra e venda, ocupa cerca de 1.500.

A herdade possui hoje perto de 150 trabalhadores, cuja maior parte tem família constituída, mas, nos seus primeiros tempos eram apenas 5 os operários.

A fazenda está se preparando para passar de um período puramente agrícola para a sua fase agro-industrial, pois já se encontra concluído o edifício em que se instalará a fábrica de geléia de cacau.

A fazenda possui, hoje, cêrca de 17 barcaças destinadas à secagem do cacau e que, ao mesmo tempo, desempenham a função de moradia, razoável até, do trabalhador braçal. Os irmãos Maron, seus proprietários, constituem exceção à regra do "absenteísmo". São presentes à sua fazenda.

IV — POVOAMENTO E POPULAÇÃO

1) O POVOAMENTO

O TERRITÓRIO QUE, atualmente, constitui o sul do nosso Estado, é o que, nos seus primórdios, formava as capitanias de São Jorge dos Ilhéus e de Pôrto Seguro.

A CAPITANIA DOS ILHÉUS

A Capitania dos Ilhéus foi entregue a Jorge de Figueiredo Correia, por doação feita em Évora, a 27 de junho de 1534. Seus domínios começavam do Pontal da Bahia de Todos os Santos, a chamada Ponta do Padrão, estendendo-se por 50 léguas de costa.

Jorge de Figueiredo Corrêa, o rico capitão daquela Capitania, não quis deixar os seus afazeres na Metrópole, enviando em seu lugar a Francisco Romeiro, como dizem uns, ou João de Almeida, como querem outros.

O certo é que êle não veio cá. Mandou, entretanto, gente da sua companhia, muitos agricultores, e, a dar crédito ao que se lê na História da Colonização Portuguesa no Brasil, foi, por sua iniciativa e para sua Capitania, que veio o primeiro gado do Brasil.

O representante do donatário, “assentou a povoação sobre uma rocha lavada das águas e à margem esquerda de um rio navegável que desemboca no pôrto” e lhe

deu o nome de S. Jorge, "não tanto para invocar o padroeiro celestial, como por adular o seu próprio patrono humano, que, como vimos, se chamava Jorge".

Em verdade a primeira povoação fundada por brancos nos limites da Capitania situava-se na ilha de Tinharé, próximo a um morro escalvado, que depois se chamou de São Paulo.

A primeira tarefa dos povoadores, depois de armadas as fortificações contra o inimigo indígena e também contra o de fora, foi a construção de uma igreja onde pudessem rezar as suas rezas e pedir as graças indispensáveis à permanência e progresso naquele lugar.

Essas paragens, entretanto, não agradaram, por vários motivos, a Francisco Romeiro, que logo, providenciou a transferência da sede da Capitania para o local onde, hoje, fica a cidade de Ilhéus.

O empenho com que o donatário mostrou a sua vontade de colonizar e povoar o pedaço de terra que lhe coubera, e as condições inatas à região, eram de molde a que se previsse o maior sucesso nos empreendimentos ali realizados.

Referindo-se às suas excelências, Varnhagen diz que "todo o país vizinho era abundantíssimo de mananciais, sendo as chuvas mui freqüentes; e o terreno montuoso e coberto de vegetação vigorosa, prometia a êste distrito, quando bem cultivado, tôda a sorte de riqueza e prosperidade".

Era essa também a presunção de Jorge de Figueredo Corrêa, a louvar-se nas cartas que dali lhe mandava o seu preposto. De sua parte, mesmo, fêz tudo para possibilitar o progresso de seu pequeno país.

Para ali foram, a seu mando, artífices e agricultores. Enviou-nos o gado e segundo conta Gabriel Soares, foi também, em Ilhéus, onde, por primeiro, se plantou a cana-de-açúcar.

De nada valeram, entretanto, os esforços do donatário em fazer prosperar o seu feudo. A rivalidade que, de início, se estabeleceu entre Romeiro e os colonos, contribuiria para o enfraquecimento das atividades da feitoria.

Por outro lado, os índios eram implacáveis nos seus ódios contra os portugueses e levantavam-se, a cada instante, contra êstes, destruindo o que encontravam pela sua frente e desencorajando os povoadores.

Um cronista dos primeiros tempos referindo-se à influência que tiveram aquêles índios na regressão do povoamento e colonização da Capitania diz que "deu nesta terra esta praga dos Aimorés, a feição que não há aí já mais que 6 engenhos, e êstes não fazem açúcar, não há morador que ouse plantar canas, porque em indo os escravos ou homens ao campo não escapam a êstes alarques... e têm a terra quase despovoada, a qual se despovoará de todo, se Sua Majestade com muita instância não lhe valer".

Em 1584, segundo conta o Visconde de Pôrto Seguro, a Capitania dos Ilhéus achava-se reduzida. A vila de S. Jorge apenas com uns 50 colonos em vez de quatrocentos ou quinhentos que tivera, e, unicamente, contava 3 engenhos, de 8 ou 9 que possuía.

E' bem verdade que outras povoações se estabeleceram no território da então Capitania dos Ilhéus. De preferência, os colonos escolhiam os sítios mais ao norte, pela sua proximidade da Bahia.

E' assim que, às margens e na foz do rio Camamu, no rio de Taípe e nas ilhas de Boipeba e de Tinharé, se estabeleceram os portugueses com engenhos de açúcar.

Êsse esfôrço povoador era instantaneamente interrompido pelos ataques dos índios.

Puderam, todavia, os moradores, durante algum tempo, trabalhar com algum sossêgo e produzir a sua

mercadoria, graças à intervenção salvadora do governador geral Mem de Sá, que expulsou da costa o gentio.

Não durou, entretanto, por muito tempo essa calma e essa paz.

Voltaram os índios a exercer a sua perniciosa influência e somente nos fins do século XVIII, por motivos que adiante estudaremos, é que recomeçará, de maneira seguida, o povoamento de tão importante e rica região.

A CAPITANIA DE PÔRTO SEGURO

A Capitania de Pôrto Seguro foi a parte que, na partilha do Brasil, coube a Pero de Campo Tourinho.

A carta de doação data de 27 de maio de 1534 e os limites da donataria estão entre a foz do Rio Mucuri e a do rio Poxim.

Pero do Campo não se deixou ficar no Reino, como fizera o seu vizinho, mas veio para o seu feudo, desejoso de aqui estabelecer uma grande colônia, pois trouxe em sua companhia muita gente de qualificação, com a qual se pudesse estabelecer e prosperar. A gente que o acompanhou, refere Malheiro Dias, era da melhor do reino, sem mescla de sangue mouro, e afeita tanto à lavoura como às lides do mar.

Como era preciso, tratou logo de edificar uma povoação que lhe servisse de sede aos domínios e também de defesa. Procurou, por isto mesmo, localizar a vila num sítio militarmente estratégico e ao mesmo tempo bem servido de água.

E' o que nos conta Varnhagen: "Segundo a tradição, o próprio monte onde Cabral deixara plantado o sinal da redenção foi o que Pero do Campo escolheu para assentar a primeira vila que fundou em seus estados... era o local dos mais defensáveis na proximidade

do pôrto... Assentou pois a povoação na chapada de um monte situado entre dois rios caudais; e tão extensa era a dita chapada que pudera em si admitir para o futuro uma grande cidade”.

Feita a construção da vila, cuidou Pero do Campo da formação da base econômica que sustentaria a vida de sua colônia.

Determinou, por conseguinte, depois de aquinhoar a sua gente com terras de sesmaria, a construção de engenhos de açúcar não só em Pôrto Seguro, como também nas vilas de Santa Cruz e de Santo Amaro, que resultaram da expansão dos moradores para o norte e para o sul.

Em Pôrto Seguro, como de resto em todo o sul do Estado, era a praga do gentio o principal empêço ao progresso e desenvolvimento da colonização.

Pero do Campo viu-se, por várias vêzes, atrapalhado com os Tupiniquins, que lhe matavam muita gente, destruíam-lhe as lavouras, destroçando o trabalho de meses seguidos, até que pazes duradouras foram, com os índios, em boa hora, concertadas.

Valeu-lhes esta aliança, por outro lado, a inimizade dos Aimorés, com quem travariam terríveis e sangrentas lutas.

Não prosperou, no entanto, a Capitania de Pôrto Seguro e paralisou-se a marcha do seu povoamento. A bem dizer não se paralisou, porque, em verdade, o que se deu, foi a regressão dêle, com a mudança de muitos moradores para a Capitania de Duarte Coelho, cuja fama do sucesso já chegara até lá.

Muitos decênios transcorreram sem que Pôrto Seguro pudesse retomar o caminho do progresso.

Avançava pela estrada inglória do infortúnio, tanto que Ayres do Casal, em 1817, afirma da já então província, ser ela, de tôdas, a que se achava mais atrasada.

O papel do cacau

A marcha ascensional do sul do Estado começara quando se incorporaram Ilhéus e Pôrto Seguro à administração central da Bahia.

Já agora, os cuidados da Metrópole, aliados às incipientes atividades econômicas que, ali, se encetavam, haveriam de obrigar as comunicações entre o sul e a Bahia, intensificando o desenvolvimento econômico da região.

Foi o arroz o primeiro produto valioso para a economia local.

O que, no entanto, vai dar à zona sul da Bahia um novo aspecto, deslocando, para ali, grande massa de colonos, não só deste Estado, como de outros, é o cacau, cuja introdução ali se atribui a Luiz Frederico Warneaux que “em 1746, trazendo do Pará sementes de cacau, as dera a Antônio Dias Ribeiro, que as plantou no Cubículo, à margem direita do rio Pardo, hoje município de Canavieiras, então Capitania de S. Jorge dos Ilhéus”.

Não foi notável o começo dessa cultura, tanto que os cronistas de então a ela se referem sem detença, apenas de passagem. O sr. Gregório Bondar diz que “de modesto início... a pouco e pouco vencendo óbices, destrouando culturas antigas, gradativamente crescendo, progredindo sem cessar e definitivamente vencendo, este produto é um exemplo de quanto podem a constância e a perseverança ainda mesmo esquecida e desajudada”.

Em 1783, a lavoura cacauceira já era importante e já se situava na região de Ilhéus. Os administradores provisórios da Bahia, num relatório escrito nesse ano, não escondem o seu entusiasmo pelo desenvolvimento que as culturas de arroz e de cacau, do qual já havia mais de quatrocentos mil pés, de que se começa já a ver fruto, traziam para o progresso da região e exclamam:

“Nos dois anos que se seguiram a estas ordens... mudou muito o estado da comarca”.

Daí para cá a produção do cacau só fêz aumentar, sendo o sul da Bahia um dos primeiros plantadores e colhedores dêsse produto, no mundo. Do mesmo passo, as correntes migratórias se polarizaram para ali e o povoamento se foi aumentando, de maneira surpreendente.

O sr. João Batista Alves de Macedo, jovem estudioso da evolução social e econômica da zona sul do nosso Estado, teve a gentileza de nos mostrar os manuscritos de um seu interessante trabalho, ainda inédito, no qual acentua, mesmo, que “a grandeza econômica da zona cacauceira foi, em boa parte, forjada pelo sertanejo e pelo nordestino, vindos do interior da Bahia e de outros Estados, especialmente Sergipe, donde a inclemência da sêca os tangia em busca de melhor acolhida em terras mais férteis e dóceis, com as da zona sul da Bahia. A êles é que devemos o desbravamento das matas inóspitas, excelente “habitat” das febres palustres e outras terríveis moléstias tropicais, hostis à colonização. Muitos sucumbiram neste trabalho hercúleo. Os que sobreviveram, temperados na escola da luta e do sacrifício, depressa prosperaram e por isso mesmo a posse da hegemonia econômica fêz com que viessem a constituir o principal elemento de formação das sociedades surgentes”.

O cacau contribuiu, como se vê, no trabalho de seu plantio, para o desbravamento das matas e o ingresso nos sertões.

Esse mesmo autor, diz, a certa altura, que “os jagunços, apesar de proscritos pela justiça e assalariados por aventureiros, sequiosos de fortuna fácil, foram, também, responsáveis pelo desbravamento das matas do cacau, exterminando os indígenas que, desde os primeiros séculos, constituíram um entrave à penetração do povoamento e aproveitamento dos inesgotáveis recursos econômicos da ubérrima região”.

Exigindo terreno úmido para o seu florescimento, foi o cacau conquistando as margens dos rios, sôbre as quais se foram estabelecendo prósperas fazendas, germe e embrião de inúmeras vilas e cidades.

Assim, a epopéia do cacau é algo de sòmente comparável ao trabalho dos bandeirantes. Como o outro, é genuinamente brasileiro. Os traços germânicos que se poderiam notar nos primórdios da exploração do cacau, foram, como bem nota Gregório Bondar, de logo, assimilados.

Como no bandeirismo, foi a constância, a tenacidade, o destemor ao perigo e um superior espírito de sacrifício, aliado à invencível fôrça de vontade, as qualidades mestras do cacaucultor, o tipo acabado, na Bahia, do "self-made man".

Essa luta e êsse temperamento fizeram dêsse povo, assim caldeado, o depositário de marcante personalidade, social e psicologicamente diferenciada da dos cidadãos de outras regiões.

2) A POPULAÇÃO

Na zona cacauera viviam em 1950 cêrca de 763.185 habitantes, o que lhe dá uma densidade populacional de 11,87 habs/km², maior que a do Estado, que é de 8,58 e que a do país que é de mais ou menos 6. Hoje, pode-se contar em quase 1 milhão o efetivo humano dessa região.

A população, entretanto, não é distribuída uniformemente, sendo interessante notar que, nessa zona, há municípios de acentuada concentração demográfica, dando índices de 45,85 e 37,25 e 36,35 habitantes por quilômetro quadrado, como Ipiaú, Ilhéus e Itabuna. Por outro lado, na chamada região do extremo sul, de um modo geral, a população dos municípios é muito rarefeita, por ainda não haverem chegado ali as influências da cultura

cacaueira. Mucuri, por exemplo, apresenta um índice de 3,2; Pôrto Seguro tem uma população relativa de 3,78 e Santa Cruz Cabrália, de 1,9. Dos municípios da região do extremo sul, o que tem mais alto índice de concentração demográfica é, mesmo, o de Alcobaça, com 6,51 habitantes por quilômetro quadrado.

De todos, o município mais populoso, em 1950, era o de Itabuna, com 147.730 habitantes e o menos o de Santa Cruz Cabrália, com 5.612. Quanto à população relativa, o de maior coeficiente era o de Ipiaú, com 45,85 e o de menor índice o de Santa Cruz Cabrália, com 1,9.

Na população da zona cacaueira, ao contrário do que acontece na maior parte do país e do Estado, predomina o elemento masculino, exatamente por culpa do gênero de vida a que se dedicam os seus moradores. Dos municípios, o único que tem população masculina inferior à feminina é o de Jequié. Este, apesar de produzir muito cacau, tem a maior parte da sua superfície na zona da criação do gado. Em 1940, além de Jequié e de Caravelas também o de Mucuri tinha condições idênticas, com 3.796 homens para 3.907 mulheres.

Por outro lado, o município de Valença, oficialmente da zona cacaueira, mas produzindo pouco, tem população feminina maior, o que acontece também em Cairu (com 2.564 m. e 2.557 h.). Em Taperoá a diferença é insignificante (4.838 h. e 4.742 m.). Já em Ilhéus, Itabuna e Canavieiras, municípios fortemente produtores, a diferença favorável aos homens é bem marcante, ambos os fatos vindo em confirmação à nossa tese.

Aliás, o avanço da produção em Mucuri parece ser o responsável pela inversão dos números, pois, em 1950, o número de homens já superava o de mulheres.

Outro fato que parece consequência da ocupação econômica dos moradores desta zona é a alta porcentagem de solteiros, somente excedida no Estado, pela antiga zona

do centro litoral. Assim 57,76% dos homens residentes na zona sul, cujos limites, como já vimos, quase se confundem com os da zona cacauera, eram solteiros, em 1940, havendo apenas 38,36% de casados. Quanto às mulheres 45,89% eram casadas e 45,31% solteiras. Os números podem não significar tudo, já que os casais sem matrimônio têm de declarar-se solteiros. De qualquer sorte o nomadismo da mão de obra será responsável por ambos os fenômenos.

A esmagadora maioria da população é de pardos, seguindo-se-lhes os brancos e depois os pretos.

Interessante característica da população da zona cacauera é o fato da sua constante mobilidade, talvez sob a influência dos ritmos do trabalho agrícola, mais intenso na época da colheita. Não somente o nomadismo é um característico específico da plantação do cacau, como, por outro lado, as próprias cidades vêm chegar, sob o chamamento da riqueza regional, indivíduos das mais diferentes partes do país, portadores das mais diversas profissões, que dão um verdadeiro caráter cosmopolita à zona, principalmente notado nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Ilhéus possui mais fortemente que Itabuna esse caráter cosmopolita, pelo fato de ser um porto, ao passo que essa outra cidade está situada no interior.

Na composição da população desta zona nota-se a presença de maioria de pessoas descendentes de troncos de outros estados, especialmente do nordeste. Sergipe, porém, é o Estado que forneceu maior porção. Outras regiões têm dado o seu quinhão. Grande número de estrangeiros e seus descendentes entram, também, e fortemente, na composição da população regional, fato que os sobrenomes atestam claramente.

V — “HABITAT” RURAL

(Problemas)

1) “HABITAT” RURAL

É AINDA UM ESTUDO a ser realizado, dentre os muitos que faltam à zona cacauiera baiana, aquêla que se refere ao seu “habitat” rural. Este, define Sorre, “é o modo de ocupação do solo em vista da exploração agrícola”.

Típica, em todos os aspectos por que a encaremos, ainda por êsse é singular aquela região, mas, o que cumpre, na hipótese, revelar, ainda que em poucas linhas, são as relações existentes entre as casas rurais e suas ligações com o modo de vida regional, e, por outro lado, a distribuição do povoamento e sua dependência em relação às condições do meio geográfico e à atividade econômica que aí se desenvolve.

O povoamento da região do cacau somente se deu de forma continuada, após o início do plantio do cacau. Subindo, primeiro, os rios, estradas naturais de penetração, logo foi ganhando o interior, pela necessidade de aumento de produção, até que a introdução de dois novos fatores na paisagem, a ferrovia e a rodovia, juntamente com o aumento das necessidades internacionais do produto e a notícia dos lucros auferidos na sua exploração, vieram acelerar ainda mais a marcha do povoamento.

A lavoura do cacau, entretanto, não é formadora de grandes núcleos urbanos. Dentro da zona, apenas são seis as cidades que têm mais de 5.000 habitantes e apenas duas, dentre essas, têm mais de 20.000, que são Ilhéus e Itabuna. O povoamento dentro da respectiva área é, sobretudo, rural. Para pôr método ao trabalho, beneficiando-nos de análises estatísticas já realizadas, quanto geograficamente possa não estar muito correto, vamos adotar a divisão regional oficial, usando, também, as adaptações necessárias, os dados estatísticos respectivos, inclusive os do excelente trabalho publicado pelo Prof. Giorgio Mortara.

Dos 590.750 moradores contados em 1950, nos municípios da classificação oficial, cêrca de 441.494 estariam nas áreas que, de acôrdo com os verbetes oficiais, são chamadas rurais. Considerando-se, porém, que a maioria das cidades da zona cacauera têm sua vida ligada estreita e indissolúvelmente ao modo de ocupação da terra, a rigor podemos afirmar que rural é tôda a população, exceção feita aos 52.799 habitantes das cidades de Itabuna e Ilhéus, o Pontal incluído, pois nesses aglomerados urbanos avultam outras funções como a educacional, a portuária, a recreativa, a viatória; a administrativa, etc.

Esse povoamento, assim distribuído, responde às necessidades da produção dominante. Os cacauais, espalhando-se por grandes extensões, o trabalho do seu plantio, cuidado e colheita leva a duas conseqüências: nas fazendas muito grandes, numa clareira da plantação, via de regra além da casa do proprietário, estão os outros estabelecimentos diretamente ligados ou à própria produção, como a estufa, as barcaças; ou às necessidades materiais ou espirituais suas ou dos trabalhadores, como armazém, escola e hospital, formando uma pequena povoação. Os trabalhadores, exceção feita aos que são necessários ao trabalho na sede, têm que residir no meio do cacaual, para evitar, exatamente, a perda de tempo com viagens

cotidianas, a pé ou no lombo dos animais, para os locais de trabalho, o mesmo sucedendo com os contratistas. Some-se a isso o fato de ser desaconselhado ampliar essa clareira, com novas edificações, pois todo palmo de terra deve ser utilizado no plantio da preciosa árvore. O povoamento não forma uma unidade, como observa Pierre Monbeig.

Quando as propriedades são pequenas, as chamadas roças ou buraras, médias ou não muito grandes, o proprietário quase sempre presente, ao lado de sua única e elementar barcaça constrói a sua casa e a dos seus trabalhadores. Cada fazenda constitui um diminuto núcleo de povoamento, com seu pequeno grupo de casas e de pessoas. Aqui e ali alguns povoados, na verdade, surgem, à beira dos caminhos ou nos seus cruzamentos, para atender à aquisição das utilidades mais necessárias; e, mesmo, com origem na sede de antigas fazendas que pela sua posição regional se prestam a esse papel de condensadores de populações, algumas vilas maiores têm surgido. São cidadezinhas, via de regra, com uma rua só ou pouco mais, cujo movimento se aumenta aos sábados, dia consagrado à feira semanal. Mas, como temos visto, a sua gênese e evolução se prendem, diretamente, às necessidades do meio rural.

Essas vilas e arraiais, parte integrante da paisagem rural, não abrigam sequer 10% da população total. E as fazendas muito grandes, também centros de maior aglomeração, estão em pequeno número. São, apenas, 0,38% do total. Dos 138.508 indivíduos empregados nas propriedades da zona, somente 1,98% estão trabalhando em fazendas muito grandes.

A maior parte das propriedades (67,75%) está na categoria das médias, isto é, entre 10 e 100 hectares, sendo que as grandes (de 100 a 1.000 ha) representam 9,05% do total e as pequenas (até 10 ha) cerca de 22,78%, for-

mando essas 3 categorias o total de 85,56%, da área ocupada.

A zona é, pois, dividida em sua maior parte em propriedades de menos de mil hectares, sendo apenas 102 as que possuem maior extensão, dentre as quais apenas uma com mais de 10.000 hectares.

Isso é interessante mostrar, para que se verifique qual a forma característica do "habitat" ligado diretamente à forma de ocupação e divisão da terra. O que se nota, ressalvados os equívocos resultantes da generalização, é a existência de pequenos grupos de habitações e estabelecimentos outros presidindo ao trabalho nas fazendas, combinados, entretanto, com pequenas aglomerações meio urbanas, meio rurais, vinculados estreitamente à terra e ao tipo de sua exploração. A grande maioria da população reside, porém, em pequenos grupos de casas ou, ainda, em habitações isoladas, esparsas no meio da plantação. O povoamento aí, é tipicamente disperso, sem apoio direto na rede viatória regional, conquanto os caminhos dentro das roças e entre as roças sejam capilares dos rios, rodovias e ferrovias, as sedes das mesmas procurando sempre uma comunicação com essas artérias. Essa, porém, parece ser a única relação existente entre o "habitat" estritamente rural e as estradas.

E não se diga estarem prejudicadas as nossas afirmações por não ser a zona cacauera constituída, apenas, por fazendas de cacau. Das 26.340 propriedades existentes ali, 19.679, ou seja, cerca de 75%, produzem cacau, sendo que outras produções registradas ou são feitas nas próprias fazendas de cacau como a de mandioca e outras, ou como acontece com o café, plantado em cerca de 3% das propriedades, não têm maior valor no conjunto, sendo, via de regra, a sua agricultura feita por pequenos lavradores em roças isoladas, o que vem confirmar a nossa tese. A insignificante produção média por estabeleci-

mento, no caso do café, que é da ordem de 280 kg, o atesta magnificamente.

O povoamento na zona cacauera scria, pois, disperso e difuso. Adotando-se a convenção de Sorre, que representa pela letra A as fazendas isoladas, com uma ou duas casas e menos de quinze habitantes, por B, as aldeias, com casas entre 2 e 25 e população entre 15 e 120, por C, as vilas com mais de 25 casas e população superior a 900 ou 1.000 habitantes e por D as vilas maiores, temos para a zona cacauera a expressão Abcd, as minúsculas representando as populações que atingem menos de 25% do total. Pode-se, mais rigorosamente, falar numa verdadeira concentração intercalar, secundária, levando em conta as aglomerações semi-rurais que se superpõem à dispersão do "habitat" especificamente rural, de origem primária.

2) OS TIPOS DE CASAS

Quem percorrer a região cacauera há de observar a variedade de tipos de habitação ali reinante.

Na costa ou nas suas proximidades, residência dos pescadores e dos agregados ou empregados das fazendas de côco e, às vezes, do seu proprietário, a maioria das casas é construída de pau a pique, ou de palha de palmeira, cobertas quase sempre com este último material. Uma ou outra plantação de cocos terá casas construídas de tijolos, mas isto constitui uma exceção.

Na região cacauera propriamente dita, devemos distinguir as habitações da zona propriamente rural da dos centros urbanos, apresentando-se mais prêsas às exigências da civilização e do conforto que o dinheiro pode dar.

Na zona rural as casas são, geralmente, definitivas. Quase tôdas acanhadas, precárias, este seu estado reflete o nomadismo dos seus moradores, os trabalhadores, que

costumam chegar no comêço da safra, para se retirarem logo que ela termina. Não sendo definitiva a sua presença na fazenda, o plantador não se sente convidado a lhe dar habitações também definitivas. Limita-se a proporcionar-lhe um abrigo contra o tempo e as chuvas, ali tão abundantes.

Em fazendas maiores, todavia, já vão aparecendo construções melhores, mais sólidas e mais confortáveis, definitivas mesmo, servindo à habitação do trabalhador do cacau.

Nessas fazendas, onde não há grande diferença no ritmo de trabalho anual, talvez por isso mesmo, a transumância — aliás um característico da mão de obra da lavoura cacauceira — torna-se menor.

O que se nota de muito interessante na maioria das fazendas é um tipo muito característico de habitação: a barçaça.

Esse tipo de habitação, como as casas de teto móvel em algumas regiões tricultoras da Europa ou as casas que em certas áreas de criação servem à moradia do homem e de abrigo, também, aos animais, reflete, ao mesmo tempo, a influência do meio natural e do gênero de vida da região. Por isso mesmo devemos considerá-la como habitação-tipo, porque a mais ligada às condições locais.

As barçaças são construções em forma cúbica ou de um paralelepípedo, cobertas por um telhado móvel, de zinco, de sorte que se pode dizer que possuem dois tetos: um que é horizontal, em forma de tabuleiro, as mais das vezes de madeira ou de cimento armado, naturalmente fixo à casa, completando-lhe as funções e dando-lhe a mencionada forma de paralelepípedo, e outro móvel, que é uma cobertura de zinco, com duas faces inclinadas, a qual desliza sôbre rodas, nos dois trilhos colocados nas extremidades do primeiro teto.

O tabuleiro serve à secagem do cacau retirado do côcho de fermentação. Durante o dia, enquanto faz

sol, o tabuleiro fica descoberto e, assim, os grãos de cacau podem secar, mas, quando chove, o barcaceiro impele a cobertura de zinco na direção da casa, impedindo que a chuva molhe a preciosa semente.

À noite, também, as amêndoas de cacau não devem ficar descobertas, para que a umidade não as prejudique.

Comumente, entretanto, mesmo após o pôr do sol, costuma-se deixar a descoberto, por um pouco, a barcaça. Dizem os plantadores que um pouco de sereno serve para que o cacau tome cheiro.

VI — PROBLEMAS DE GEOGRAFIA URBANA

1) EVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES E MUDANÇAS DE HIERARQUIA

Antes do transporte mecânico

NÃO SE PODE COMPREENDER o fenômeno urbano, na zona cacaueteira baiana, sem lembrar que esse produto e a sua economia se voltam, desenganadamente, para o exterior. Da produção regional, por exemplo, cerca de 99% se destinam à exportação.

Hoje, as saídas se concentram em Ilhéus e Salvador, muito principalmente em Ilhéus. Portos menores recolhem parte da produção, que reenviam para essas duas localidades e até para Vitória do Espírito Santo, onde os comerciantes se beneficiam de impostos de exportação mais baixos que os da Bahia.

Outrora, porém, os pequenos portos flúvio-marítimos do litoral sul baiano arrecadavam parcelas relativamente muito maiores e, não excluindo Ilhéus, dividiam, entre si, a produção global, mandando-a para Salvador, onde a vinham apinhar cargueiros transatlânticos (1).

(1) Em 1900, enquanto o porto de Ilhéus exportava apenas 5.991 ton. o de Itacaré exportava 6.793. Em 1905, os números começavam a se inverter: eram 11.083 e 7.200, respectivamente. Em 1954, foram 96.282 e 3.800; Salvador nesse ano exportou 19.487 ton., apenas 17,82% do total.

Assim, não é para admirar que o cacau tenha começado por subir as margens dos rios. Os lavradores valiam-se, por um lado, dos ricos aluviões e, por outro, das facilidades de comunicação que os rios lhes ofereciam.

Não havendo, então, no interior da zona, outro meio de transporte, além do fluvial, era natural que os plantadores preferissem essa vizinhança, espreado-se, timidamente, pelo interior, onde, por motivos idênticos, se fixavam nos vales dos afluentes e subafluentes. Disso se beneficiavam os caminhos, abertos na mata, pelos quais, em tropas de burros, escoava o produto, em demanda dos rios. E na foz, ou perto dela, saída única para o mar, vale dizer para os mercados compradores, as cidadezinhas ganhavam em animação, à sombra do comércio cacauero.

Assim, foi, inicialmente, com os rios Pardo e Jequitinhonha, em cuja embocadura, estão, respectivamente, Canavieiras e Belmonte. Plantado, de início, no município de Canavieiras, no lugar chamado Cubículo, conta a história que por Luiz Frederico Warneaux, em 1781, o cacau não tardou em ganhar terreno, subindo o curso tanto de um quanto do outro rio. Ampliando-se o "front" pioneiro, as etapas de viagem foram contribuindo para que surgissem povoações, ou vilarejos, nascidos exclusivamente para servir à lavoura do cacau, como Jacarandá e Mascote, sobre o rio Pardo; e Bôca do Córrego e Itapebi, antiga Pedra Branca, sobre o rio Jequitinhonha.

Em Ilhéus, a combinação das condições naturais foi ainda mais feliz. Em Canavieiras e Belmonte, sem falar nos aluviões depositados às margens dos rios, os terrenos propícios ao cacau localizam-se mais distantes do litoral que em Ilhéus, onde o arqueano chega bem perto da costa. Pierre Monbeig e Walter Alberto Egler mostram como esse fato veio contribuir para que Ilhéus obtivesse o primeiro lugar na produção baiana. Sendo a economia

cacaueira voltada, desde o início, para o exterior, ou, quando nada, voltada para fora da zona, a vantagem teria, forçosamente, de ficar do lado do produtor que dispusesse de terras mais próximas do litoral.

Como aí, também, os primórdios da lavoura se deram quando não havia sido introduzido o transporte a motor, o papel dos rios foi, igualmente, notável. O de Itaípe, navegável em grande extensão e o Cachoeira, escassamente navegável, seriam preciosos auxiliares do homem, na sua interiorização e, com a sua rede hidrográfica, funcionaram como verdadeiras linhas diretoras da penetração.

Naquele, à distância de etapas regulares de marcha, refletindo, outrossim, o avanço da marcha pioneira, plantavam-se povoações (Aritaguá, Castelo Novo e outras) outrora animadas por ativo comércio e que eram, para o distrito rural em formação, autênticas janelas para o exterior. Aproveitando a comparação, Ilhéus seria, então, em relação a essa parte da zona cacaueira, uma verdadeira porta. Já quanto ao rio Cachoeira o fenômeno foi diferente, conquanto Ilhéus continuasse com a mesma importância funcional. Navegável êsse rio somente até o Banco da Vitória, que dista apenas 12 km de Ilhéus, essa localidade tornou-se um lugar de ruptura de carga, onde burros traziam a produção do interior para embarcar, ali, em canoas e batelões, nos quais descia até o pôrto marítimo.

Outras áreas da zona. — É também dessa fase a função de pôrto cacaueiro obtido pela antiga cidade de Barra do Rio das Contas, chamada hoje Itacaré. Situada à saída dêsse importante curso d'água, comandou, por muitos anos, a conquista, pelo cacau, de sua hinterlândia, tornando-se, às custas disso, um importante pôrto. Apesar de ser acidentado o curso do rio das Contas, obrigando a sucessivas rupturas de carga, várias localidades foram surgindo às suas margens, como Taboqui-

nhas, Itapira, hoje Ubaitaba, Barra do Rocha e outras, que centralizavam a vida econômica de vasto "arrière-pays", servindo de entrepôsto cacauero em relação ao pôrto de Barra do Rio das Contas. Havia, então, a bem dizer, quatro centros ou capitais regionais, na zona cacauera, que eram Belmonte, Canavieirais, Ilhéus e Itacaré.

Conquanto a produção do seu "arrière-pays" fôsse, à época, diminuta e sòmente iniciada anos depois, não se pode esconder o papel do pôrto de Santarém, hoje Ituberá, que por muito tempo desempenhou o papel de pôrto cacauero, quando êsse produto lhe chegava, como àqueloutros portos, no lombo dos burros, vindo da área produtora circunvizinha.

Desde que se faça exceção a êsses pequenos portos litorâneos, herdeiros de um povoamento antigo, não se pode negar que o povoamento da zona do cacau começou por ser disperso, e, se não levamos em conta as áreas ribeirinhas, disperso e difuso. Eram famílias, pobres quase sempre, que se internavam pela mata virgem, escolhiam um palmo de terra, tratavam-na e levantavam uma pequena plantação de cacau, sem, todavia, deixarem de plantar espécies alimentares, com que contavam para prover a sua mesa, enquanto os cacauais não frutificavam.

E' fato que, nos inícios da lavoura, os agricultores eram policultores, enquanto aguardavam a maturidade dos cacauais, ou quando êstes ainda não cobriam tôda a área disponível. De outra maneira, os desbravadores, pobres em sua maioria, não poderiam suprir à própria subsistência. Mas, de qualquer sorte, o sal, o açúcar, o querosene, a pólvora, os tecidos, os remédios, além de outros produtos manufaturados, tinham, mesmo, que vir de fora.

São dessa época as vendolas isoladas, surgidas nas encruzilhadas ou à beira-rio, onde o lavrador de vez em quando vinha. Quando, porém, começava o cacauero

a dar frutos e a área plantada se ampliava, desaparecia ou se atenuava a antiga autarquia, a policultura inicial, que, então, cedia lugar à monocultura, avassaladora ou mitigada. Anuadurecidos os frutos, o lavrador sente necessidade de vendê-los. E, por outro lado, suas precisões existenciais crescem, seja por que êle se encontra em melhor situação financeira, seja porque deixou de plantar, em sua própria roça, os víveres de que necessita. Ambos êsses fatores levam ao surgimento de pequenos vilarejos, cuja função é servir ao meio rural, como intermediários, seja para o escoamento das safras, seja para o abastecimento da população agrícola. A cada um dêsses pequenos mercados locais, plantados no meio da mata e formados por algumas dezenas de casas mal construídas, corresponde uma determinada área de influência, cujo raio, grosso-modo, se medirá por uma distância que podia ser coberta, num mesmo dia, em viagem de ida e volta, e a pé.

Tais vilarejos representam determinada fase da conquista econômica da terra. Êles surgiam, em determinado distrito rural, quando as plantações de uma área pioneira entrava em frutificação, isto é, alguns anos após a sua ocupação. Assim, não houve contemporaneidade em seu aparecimento, a menos que nos refiramos a cada área pioneira de per si. A proporção que o "front" cacauero se ia deslocando, iam, também, surgindo novos e deixando para traz outros, que cristalizavam a sua influência derredor das vias de comunicação.

Hoje, o transporte automóvel, difundido em tôda a zona, alterou bastante os dados da questão. Mas, naquelas áreas ainda não penetradas senão marginalmente pela energia mecânica, as coisas continuam se repetindo de maneira idêntica.

Mesmo porque, na zona do cacau, a despeito da influência das rodovias na expansão da cultura, as estradas de rodagem sofrem, por outro lado, a influência da

expansão da cultura cacauieira. As plantações florescentes atraem-nas. Os lavradores, reunidos, costumam abrir estradas que sirvam às suas propriedades. Depois é que o poder público cuida de oficializar a iniciativa.

Pode-se dizer, a esta altura, que tôdas as aglomerações do interior da zona do cacau tiveram essa origem. Porque, então, não tiveram tôdas crescimento idêntico ou não se conservaram com a mesma massa e função, através de sua evolução?

Os "fronts" pioneiros. — Poder-se-á encontrar para êsse fato explicação bastante no deslocamento dos "fronts" pioneiros?

Para explicar as mudanças de importância relativa das aglomerações do interior da zona do cacau não se pode perder de vista as fases da expansão da cultura, e, ao mesmo tempo, a revolução dos transportes aí verificada.

Até inícios dêsse século, como já vimos, além das plantações às margens dos rios Pardo e Jequitinhonha, havia, ainda, as zonas produtoras de Ilhéus e Itabuna. Então, ao longo dos rios, as diversas localidades surgidas podiam conservar-se com a mesma importância, frente aos seus respectivos portos marítimos, donde as mercadorias subiam em canoas. Nenhuma delas, nesse período, se avantajou à outra, quer quanto à massa, quer quanto à função. O mesmo fenômeno se daria às margens do rio Almada (que corta uma parte do município de Ilhéus) e, posteriormente, nas do rio das Contas.

Na outra porção do município de Ilhéus, no entanto, as coisas se passaram diferentemente. Nos inícios da interiorização e como o rio Cachoeira é navegável apenas até Banco da Vitória, êsse lugar passou a constituir verdadeiro empório cacauieiro, às custas da necessidade de ruptura de carga. Centralizou, por muito tempo, o escoamento da produção e o abastecimento de vasta área. Am-

pliando-se esta, outros núcleos foram surgindo, mais para o interior, como é o caso de Itabuna, o antigo arraial de Tabocas, que levou certo tempo como um diminuto mercado local.

Afastando-se as plantações das margens dos rios, surgiam pequenos pontos de comércio, dedicados quase que somente à venda de gêneros e girando em tórno dos núcleos já estabelecidos, nas áreas pioneiras anteriormente estabelecidas.

*
* * *

Havia, então, os portos, as cidades-portos como Ilhéus, Belmonte, Canavieiras, Barra do Rio das Contas, hoje Itacaré e Santarém, hoje Ituberá, os pequenos centros do interior, "arraiais" como, então, se chamavam, posteriormente e mais para o interior, pequenos pontos de comércio e um povoamento disperso pelas roças. Além disso, havia Banco da Vitória, localidade que funcionalmente não se enquadrava em nenhum dos tipos acima referidos, resultante, porém, da penetração que foi feita sem o apoio dos rios, encarados como vias de transportes. Banco da Vitória, todavia, podia considerar-se como um prolongamento da influência de Ilhéus, em direção ao interior. Ambas constituíam um todo orgânico.

A chegada da ferrovia

A introdução da estrada de ferro, fator novo do arcabouço regional, elemento modificador da organização espacial então vigorante, traria, para a rede urbana da zona cacauera, algumas modificações, que procuraremos fixar.

Partindo de Ilhéus, a estrada de ferro anteriormente chamada de Ilhéus a Conquista, contribuiu para o forta-

lecimento de vários núcleos populacionais, onde parava por alguns anos a sua marcha para o interior. Foi assim com Água Preta, hoje Uruçuca, com Pirangi, hoje Itajuípe e com Itabuna, o antigo arraial de Tabocas. A fortuna de Itabuna, hoje o principal centro rodoviário do Sul do Estado da Bahia, deve-se à sua posição privilegiada, no centro de uma das zonas produtoras, próxima a um tempo do pôrto e de uma área propícia à criação de gado. Crescida às custas de ser, por muito tempo, ponta de trilho, conseguiu, depois, manter o seu ritmo de crescimento, apesar da chegada da rodovia. É que, tornada entrepôsto de um vasto "arrière-pays", quando da introdução da estrada de ferro, época em que êsse era o único meio de transporte mecânico — e sendo mais próxima dos núcleos populacionais do interior da zona do cacau, êsses preferem o seu comércio para realização de compras, uma vez que ir a Ilhéus importa na perda de, no mínimo, duas horas, tempo em que se faz o percurso de ida e volta, entre as duas cidades. Itabuna é, hoje, o grande centro de comércio varejista e Ilhéus a grande praça grossista. Em 1949 o comércio atacadista de Ilhéus teve um movimento de Cr\$ 184.149.000,00, e o de Itabuna, de apenas Cr\$ 56.982.000,00. Quanto ao comércio varejista o movimento no município de Itabuna foi de Cr\$ 119.047.000,00, e o resultado de Ilhéus de Cr\$ 110.558.000,00.

O que no caso aconteceu, com a chegada da ferrovia, foi uma verdadeira transferência a Itabuna de algumas funções primitivamente praticadas por Ilhéus, o pôrto regional, de que aquela cidade passou a ser uma espécie de fachada para o interior. Ambas podem, sem exagêro, ser consideradas um único organismo urbano uma vez que funcionalmente se completam. Enquanto Itabuna olha mais para dentro, Ilhéus olha mais para fora da zona do cacau.

A ferrovia não conseguiu alterar tôda a rêde urbana da zona. Onde exerceu influência mais marcante foi naquelas áreas em que a rodovia tardou em oferecer concorrência, de resto vitoriosa. Chegando a Poiri, por exemplo, que é o ponto mais distante do quilômetro zero, a estrada de ferro foi servir ao crescimento tanto dessa vila do município de Itacaré, quanto da cidade que lhe fica fronteira, Ubaitaba. Esta cidade era já um antigo entrepôsto cacauero e se fortaleceu nessa posição com a chegada dos trilhos. A produção da vasta zona continuou a procurar os seus armazéns, no lombo dos burros, atravessando, depois, o rio, para tomar o trem em Poiri. Depois Ubaitaba procurou organizar o seu espaço, o que, embora timidamente feito, lhe tem servido à atração de grande parte da zona do cacau. Essa, aliás, é a única área em que, ainda hoje, na zona, em relação à ferrovia, não se fêz sentir a concorrência da rodovia. A única via que liga Ubaitaba à rodovia Bahia-Espírito Santo (BR 5), que é a linha regional de circulação geral, não tem boas condições de tráfego.

A chegada a Jequié da Estrada de Ferro Nazaré, trouxe àquela cidade do sudoeste baiano a possibilidade de se reforçar no papel de centralizadora do comércio regional. Aliás, mesmo quando a linha férrea ainda se encontrava em Jaguaquara, a notícia de que o seu prolongamento era fato iminente fortaleceu-a. Jequié, como Ubaitaba, ou ainda melhor que Ubaitaba, soube organizar o seu espaço regional, construindo uma rodovia para Ipiaú. Esta atravessava a melhor parte do seu município, e carregava para Jequié tôda a produção cacauera, para cujo aumento, por outro lado, concorria. As rodovias, entretanto, não tardaram em competir com a estrada de ferro e a conexão da rodovia Jequié-Ipiaú com a BR-5, como depois veremos, fêz o resto.

Ponta de trilho, também, como Ubaitaba, Jequié teve sôbre esta última a vantagem de estar situada entre

duas zonas fisiográficas e economicamente diversas, cujo intercâmbio polarizou. Ubaitaba, no centro da zona de monocultura, limitou as suas atividades às necessidades imediatas da lavoura.

*

* *

A presença das duas ferrovias que têm extremidade dentro ou próximo da zona do cacau, contribuiu para uma sensível modificação na hierarquia urbana. Dissemos que durante o período da energia animal e humana, quando o cacau era todo transportado em lombo de burros, ou em canoas, para os portos litorâneos, ou para Jequié, “pôrto de terra”, podia-se comparar o movimento obtido por todos êles, subsidiários, àquela época, do de Salvador, então o único pôrto verdadeiramente exportador.

E’ verdade que certas áreas permaneceram sem sofrer influência da ferrovia, como, por exemplo, os municípios de Canavieiras e Belmonte, que continuaram a exportar pelos respectivos portos flúvio-marítimos, utilizando-se, outrossim, dos rios Pardo e Jequitinhonha, como via de transporte. Ituberá também nada sofreria com essa nova organização do espaço, porque ela somente atingiu a área central da zona. Isso, porém, bastou para o fortalecimento da posição de Ilhéus e de Jequié, no que refere à saída do cacau.

A expansão da lavoura ficou, também, devendo muito a essas ferrovias. As facilidades de transporte animaram os produtores a redobram em esforços. Foi a partir das pontas de trilhos que se abriram novos “fronts” cacauzeiros e surgiram ou cresceram diversos núcleos populacionais, favorecidos pelas novas etapas de marcha.

Em resumo, a introdução da estrada de ferro entornizou Ilhéus e Jequié, como capitais regionais da zona

do cacau conquanto não fizesse decair da antiga importância os portos de Belmonte, Canavieiras, Ituberá. Por outro lado, a ferrovia desempenhou papel semelhante ao dos rios, na cristalização do povoamento em certos pontos, beneficiando, especialmente, as pontas de trilho, lugar de contacto entre duas formas de civilização: a mecânica e a pré-mecânica. Contudo, o quadro genérico das categorias funcionais em nada se alterou, em relação ao período anterior. Os tipos continuaram os mesmos, embora, dentro da zona, certos núcleos passassem de uma categoria para outra, acarretando a inevitável mudança de hierarquia.

O papel das rodovias

O fato novo, que é representado pela chegada da rodovia à zona do cacau, viria trazer-lhe mais uma modificação no seu arcabouço urbano, a que a ferrovia, como vimos, já tinha dado novas formas. Naquela parte em que já havia chegado a estrada de ferro, ela libertou o transporte do cacau dos horários e itinerários fixos, roubando, por outro lado, às pontas de trilho e estações ferroviárias, o antigo papel de entrepôsto obrigatório, para escoamento das safras. No caso da Estrada de Ferro Ilhéus, cuja extensão total é insignificante, foi fácil ao caminhão vencer a concorrência, com as suas conhecidas vantagens de condução da mercadoria de porta a porta e sem as delongas a que se sujeitam os que preferem o transporte ferroviário. Como a zona produtora se estivesse expandindo, sem que o traçado ferroviário acompanhasse essa expansão, a iniciativa particular e dos poderes públicos, seguida de um arrojado plano do Instituto do Cacau, dotou a região de uma boa rede rodoviária, que corta a zona cacauzeira em tôdas as direções. Via de regra, primeiro fazem-se as roças, crescem as culturas e surgem as aglomerações. Depois é que os fazendeiros,

associados, abrem as estradas, cujo amparo pelo poder público constitui uma terceira etapa. A estrada de rodagem por sua vez, animou o estabelecimento de novas planificações, estimuladas pela facilidade de transporte.

O papel das rodovias na vida urbana regional apresenta duas fases diversas. Inicialmente, construíram-se rodovias isoladas, ligando os locais de embarque ao seu "arrière-pays", o que aumentou a área de influência daqueles, que assim auferiram uma maior densidade econômica. É o caso das estradas de rodagem que ligaram Ituberá, pôrto de mar, e Jequié "pôrto de terra", à sua hinterlândia, trazendo-lhes maior animação comercial.

Quando, porém, tais rodovias se ligaram a um sistema mais geral (no caso a BR-5) deu-se o fenômeno exatamente inverso, com a perda de área regional por parte daqueles centros. Jequié decresceu de importância e Ituberá tornou-se um pôrto cacauero fóssil. A BR-5 agiu como um verdadeiro funil, atraindo para Ilhéus e seu pôrto tóda, ou quase tóda, a produção regional.

Naquelas outras zonas, como o interior de Belmonte e Canavieiras, que escoavam sua produção por intermédio dos rios, igual fenômeno de captura econômica se presenciou. Ligando-se diretamente a Itabuna, essas zonas mais interiores daquelas comunas deixaram de comerciar com seus antigos portos, que assim entraram em decadência, como é o caso de Canavieiras e Belmonte.

Iniciada sua construção em Santo Antônio de Jesus, a BR-5, localmente chamada BA-2, carregava a princípio boa parte da produção cacauera para o pôrto de Salvador. Logo, porém, que a ligação se tornou completa com o pôrto de Ilhéus, os números começaram a inverter-se e a cidade sulina passou a ser o grande centro exportador, o maior pôrto exportador de cacau da América, possivelmente não concentrando a quase totalidade dos embarques por ser em Salvador que têm sede as indústrias de transformação, cujo aparecimento data de

uma década. Essas fábricas de manteiga, banha e torta de cacau pagando, como fazem, preços mais remuneratórios, garantiram a permanência de uma corrente de transporte de cacau em amêndoa, para Salvador.

A Estrada de Ferro Nazaré não atravessa a zona cacauera. Serve a municípios de produção quase insignificante, como Mutuípe, Santa Inês e Ubaíra, municípios que ficam fora da região do cacau; e nesta apenas faz chegar uma ponta de trilhos, através de Jequié. Fácil, foi, pois, arrancar a essa cidade o papel de centro coletor da produção.

A cidade de Jequié, "pôrto de terra", deixou quase de exercer tais funções no que refere ao cacau, para êsse resultado devendo ter contribuído, também, o desmantêlo da Estrada de Ferro de Nazaré e o desaparelhamento da Navegação Baiana. A construção da Rio-Bahia veio renovar-lhe um pouco as antigas funções, facilitando, aos exportadores e produtores mais próximos, a entrega do cacau adquirido pelas fábricas de Salvador. E' mais vantajoso, por exemplo, enviar o cacau de Ipiáú para Salvador pela Rio-Bahia que pela BA-2. Disso, direta ou indiretamente, Jequié haveria de beneficiar-se. Capital regional de uma vasta área de diversa fisionomia fisiográfica e econômica, a rodovia Rio-Bahia afirmou-lhe essa posição, mesmo em relação a boa parte da zona do cacau, de que continua sendo verdadeiro entrepôsto, quando não da saída do produto agrícola, mas da entrada de víveres e artigos manufaturados.

Do ponto de vista da organização do espaço, a BA-2 (BR-5) fê-lo para beneficiar a cidade de Ilhéus, reforçada em sua posição regional e assegurada no papel de verdadeira capital da zona. Não faz mal repetir que Ilhéus divide com Itabuna essas importantes funções.

*

* *

Expandindo-se por tôda a zona, a rodovia teria de acarretar sérias modificações na hierarquia urbana, tumultuando, por outro lado, a divisão regional. No tempo das canoas e burros, e mesmo após a chegada do trem, conquanto houvesse as inevitáveis faixas de indeterminação, não era difícil uma certa delimitação da área de influência de cada núcleo. Por um lado, contribuíam para isso os fixos itinerários das tropas e, por outro, as tarifas, também fixas, da estrada de ferro. A combinação desses elementos fazia com que coubesse a cada localidade uma zona de atração mais ou menos determinada e estável. Sua influência era tranqüila.

Chegando a rodovia, esta como que redistribuiu o espaço, reorganizando as relações comerciais, alterando as áreas de influência, perturbando, enfim, a hierarquia já estabelecida.

2) TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS AGLOMERAÇÕES

O que é urbano na zona do cacau

De um ponto de vista meramente administrativo, na zona do cacau do Estado da Bahia teremos tantas cidades quantos são os municípios, isto é, 20. Levando em conta critérios puramente estatísticos, encontraremos números variáveis segundo os diferentes índices que resolvermos tomar como ponto de partida. São 3 localidades com mais de 20.000 habitantes, 9 que ultrapassam os 5.000 e 27 cuja população vai além dos 2.000, segundo o recenseamento de 1950. Excetuando os centros de mais de 20.000 moradores, entre os demais se incluem tanto cidades, como vilas.

Pelo critério do aspecto seremos levados a confundir na classe urbana, "cidades" e vilas inúmeras na zona do cacau.

Esses critérios são todos, entretanto, puramente formais, e o mais próprio será o uso das fórmulas geográficas, melhor adequadas para caracterizar o fenômeno urbano, de um ponto de vista funcional. A cidade é definida como um núcleo populacional que, para sua subsistência, não depende do meio que a cerca, ou, como prefere Sombart, uma aglomeração de homens dependente dos produtos do trabalho exterior, ou ainda, como quer Brunhes, um centro em que a maioria dos habitantes passa a maior parte de sua existência e dispensa a parte principal de sua atividade, no próprio interior da aglomeração.

Mas, na zona cacaeira, surgindo para servir ao "front" pioneiro, numa determinada fase de sua evolução, como veremos adiante, aparecem diversos núcleos. Como o que poderemos chamar de campo nada produz ou quase nada para sua subsistência, em vista da monocultura, seu papel, via de regra, é mandar vir de fora e de longe gêneros e utilidades, de que os lavradores forçosamente precisam.

Esse é um elemento de dificuldade, na conceituação do que é e do que não é urbano, na zona do cacau. Por outro lado, inúmeros cacauicultores exercem, também, outras profissões, profissões ou atividades nitidamente urbanas, sem contar com o fato de que todo lavrador de cacau é, igualmente, um comerciante.

Sendo a função comercial um fato tipicamente urbano, o seu reconhecimento em inúmeras das aglomerações da zona do cacau poderá complicar ainda mais o problema, pois poderíamos ser levados a considerar como legitimamente "urbanas" inúmeras "cidades" e vilas. Mas essa função está estreita e indissolúvelmente ligada à vida agrícola circundante. A "cidade" é, para o seu distrito,

um entrepôsto do cacau e *sòmente* do cacau e o seu comércio se desenvolve *apenas* para servir aos produtores de cacau. Falta à quase totalidade dêsses centros aquela "coalescência", em virtude da qual, nas cidades verdadeiras, as suas diferentes funções se entrosam integralmente e se responsabilizam pela permanência da vida cidadina, a despeito do meio rural, cujas pulsações, entretanto, refletem. A função comercial há, pois, que reunir outras funções urbanas interdependentes. Fora daí não teremos cidades, mas "cidades-vilas", ou "vilas-cidades".

As unidades de 1.^a ordem

Assim nos parece que, de um ponto de vista funcional, *sòmente* pode ser reconhecido como verdadeiramente citadino o conjunto formado pelas cidades de Ilhéus e Itabuna, que constituem um todo orgânico, e a cidade de Jequié. Quanto às duas primeiras, o fato urbano se evidencia pela coalescência de funções, requisito considerado indispensável para a autonomia da aglomeração. Quanto a Jequié, essa autonomia também é evidente. Nessas aglomerações floresce uma pequena indústria, nascida da atividade comercial, exatamente para servir ao meio rural, ao lado das funções administrativas, educacional, religiosa, hospitalar, recreativa, etc.

Podem, aliás, surgir algumas dúvidas, quanto a classificarmos Jequié como cidade da zona do cacau. De fato essa localidade não se encontra dentro da zona produtora do cacau. Ela se localiza à margem dessa região, numa área de transição para a zona criadora e policultora. Por outro lado, não tem papel saliente no escoamento das safras. Todavia, importante centro comercial, Jequié serve de entrepôsto para uma boa parte da zona cacauceira, atendendo ao seu abastecimento. Outras funções também a credenciam como foco de atração para essa mesma área,

que dela depende indiscutivelmente. Assim, apesar dos argumentos contrários, tais fatos nos autorizam a considerar Jequié como autêntica cidade da zona do cacau.

Assim, enquanto o sistema Ilhéus-Itabuna constitui a capital regional da zona do cacau, Jequié que é também uma capital regional, em relação a outras zonas, exerce, também, suas funções citadinas, em relação à do cacau.

Sendo um pôrto de mar, apesar de suas conhecidas deficiências, Ilhéus pode levar mais longe a sua influência, graças, também ao frete de retôrno, sempre mais barato, dos caminhões que vão entregar o cacau, mas, sob certos aspectos, Jequié, num canto da zona cacauera, disputa com o sistema Ilhéus-Itabuna a função de capital regional. Área que, sob certos aspectos, se prende a Ilhéus, e sob outros a Jequié, é a parte da zona externa de ambas as cidades, onde se dá o choque de suas influências, uma faixa na qual podemos incluir, entre outras localidades, a cidade de Ipiaú e as vilas de Ibirataia e Ubatã.

✓Pode-se dizer, então, que as cidades cacaueras são núcleos voltados para o exterior da zona, seja com o objetivo de escoar-lhe a produção, seja com o de receber (ou fabricar) (1) e distribuir primariamente as utilidades de que a população rural necessita. Porisso é que tais cidades, colocadas nos limites extremos da zona, são, ou exercem funções semelhantes às dos portos: Jequié, "pôrto de terra" e o sistema Ilhéus-Itabuna, "pôrto de mar".

(1) Damos a seguir o quadro da atividade industrial em 1940 e 1952, nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Jequié e em mais 2 municípios da zona cacauera, que sucedem àqueles na ordem de importância:

Em 1940

MUNICÍPIOS	ESTABELE- CIMENTOS	CAPITAL APLICADO (Cr\$ 1.000)	PESSOAL EMP.	VALOR DA PROD. EM 1939
Ihéus.....	85	8.382	606	6.538
Itabuna...	42	908	252	1.953
Jequié.....	72	859	294	940
Ipiaú.....	15	171	59	301
Camamu..	17	199	85	170

Em 1952

(Sòmente estabelecimentos com mais de 5 pessoas)

MUNICÍPIOS	NÚMEROS DE ESTABELECE- CIMENTOS	PESSOAS OCUPADAS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1.000)
Ihéus.....	22	380	59.486
Itabuna.....	34	338	30.501
Jequié.....	25	198	7.969
Ipiaú.....	3	17	2.095
Belmonte....	7	42	1.814

Unidades de 2.^a e 3.^a ordem

Fora dessas três cidades, unidades de 1.^a ordem, que outras unidades podemos reconhecer dentro da zona do cacau?

Parece-nos que, afora os povoados e fazendas, pelo menos dois tipos de aglomeração podem ser encontrados, aos quais pela ordem decrescente chamaremos de unidades de 2.^a e 3.^a ordem. Em ambas essas formas, o comer-

cio de cacau é fato comum e se dá com animação maior ou menor, dependendo da produção colhida no respectivo distrito rural. Mas a função comercial liga-se, indissolúvelmente, à atividade agrícola, não havendo setor industrial.

Como distinguir, funcionalmente, cada uma dessas unidades? Tomando-se por base cada área pioneira, há relativa contemporaneidade, no surgimento desses núcleos, não importa a ordem em que se classifiquem. O que deu proeminência a uns em relação aos demais é, dentre outras causas, a sua posição. Aquêles situados à margem das linhas de circulação geral destinaram-se ao papel de disciplinadores das trocas no meio rural.

Mas, a revolução dos transportes alterou profundamente o velho quadro. No município de Ipiaú temos disso um bom exemplo. Enquanto o transporte era fluvial e animal, as estradas de pedestres acompanhando o vale do rio das Contas, em Barra do Rocha a principal localidade do município, graças à sua situação privilegiada em relação a Funil e depois em relação a Ubaitaba, quando os trilhos chegaram a Poiri, defronte dessa localidade.

Quando, porém, concluiu-se a ligação rodoviária Jequié-Ipiaú, esta última localidade começou a crescer, vertiginosamente, o mesmo se dando com Ibirataia e Ubatã, pequenos centros de comércio que, de uma noite para o dia, evoluíram depressa, graças à conclusão da rodovia Bahia-Espírito Santo, sendo que a primeira dessas 2 localidades teve, ainda, a vantagem de ser ali o entroncamento da estrada principal com o ramal que, passando por Ipiaú, vai ter a Jequié.

Estar servido pelas linhas de circulação geral é fator de hierarquização. Mas essa não se completa senão com a colaboração de outros elementos, que se podem resumir em três palavras: *melhor equipamento urbano*. Este resulta, quase sempre, do fato de estarem na localidade

a sede de serviços públicos, a cabeça do município, as agências de impostos e dos correios e telégrafos, as escolas e postos sanitários, a administração da justiça, etc., fatores todos êsses que junto à presença de boa pavimentação e serviços como os de água, luz e esgotos agem com irresistível centripetismo, forçando as outras unidades a uma dependência funcional e colocando-as um grau abaixo, na hierarquia urbana regional. A iniciativa de homens arrojados pode, também, atribuir a certas aglomerações essa força de atração. A consciência, já formada nos moradores, de que certos melhoramentos são bastantes para alterar, profundamente, o quadro dessa hierarquia, leva-os, por uma espécie de "orgulho local" a providenciarem, por sua própria iniciativa, a efetivação de tais realizações.

E' mais comum, entretanto, que sejam as iniciativas de interesse público e tomadas pelo poder público municipal, estadual ou federal, que contribuam, com mais êxito, nesse sentido. Talvez por êsse motivo tais unidades de 2.^a ordem são, sempre, as sedes municipais e, em certos casos, sedes distritais dos municípios de povoamento mais antigo. Nenhum desses fatores é, porém, mais valioso que a presença de agências bancárias, principalmente do banco oficial que é o Banco do Brasil. Mas é verdade também que êsse é um fato sempre posterior aos outros acima citados.

E', todavia, lícito admitir que, em determinado "front" tais funções caibam ao pequeno núcleo a que chegam, por primeiro, os benefícios do transporte mecânico. As facilidades de comunicação elegem tais centros para a função de prolongar, em pleno meio rural, as funções das cidades. E' por seu intermédio que o mundo agrícola se comunica com o exterior. A estas aglomerações, de 2.^a ordem, chamaremos de "cidades-vilas".

A maioria das cidades (do ponto de vista administrativo) da zona do cacau inclui-se neste esquema.

Exercendo, também, um papel comercial estreitamente ligado à vida agrícola, encontram-se outros núcleos, atingidos mais tardiamente pela revolução dos transportes e que por isso mesmo, tiveram de ceder o passo aos mais bem aquinhoados.

Em decorrência disso faltam-lhes aquelas outras funções características das unidades de 2.^a ordem, chamadas, por nós, de “cidades-vilas”.

Denominamos “vilas-cidades” a essas unidades de 3.^a ordem.

A distância existente entre as “cidades-vilas” e “vilas-cidades” e a que estas guardam entre si, bem como a sua massa, dependem da densidade da rede de transportes e da densidade demográfica e fundiária do distrito respectivo, o que vale dizer, do grau de ocupação do solo com a cultura do cacau e do estágio em que se encontre essa cultura. Quando amadurece esta, baixa a densidade agrícola, mas a densidade geral não decresce, pois surgem vilas-cidades e cidades-vilas, cuja população, nessa 1.^a fase, começa a crescer vertiginosamente. Destinadas a atender necessidades superiores da população, tais aglomerações não tinham razão de existir, antes que os rendimentos se tornassem compensadores. Assim à proporção que a cultura ganha maturidade elas crescem em importância e aumentam em número, ficando mais próximas no espaço e no tempo, pois, concomitantemente se adensa a rede dos transportes. Vê-se, pois, como todos esses fatos guardam coerência entre si, formando um verdadeiro complexo.

As culturas novas exigem grande quantidade de braços (2), mas não conduzem à formação de núcleos impor-

(2) A densidade por 100 hectares era, em 1950, a seguinte:

Ipiaú	17,97
Itabuna	12,01
Ubaitaba	11,84
Ilhéus	11,29

tantes. O povoamento é, sobretudo, disperso. As culturas jovens e maduras expulsam grande número de pessoas dos campos, mas fazem surgir vilas e "cidades", tanto mais dinâmica quanto maior fôr, em tórno, a divisão da propriedade.

Durante e após a maturidade, tem comêço e seguimento um processo de concentração da propriedade, que importa num crescimento relativamente menor da massa dos núcleos respectivos, a menos que outros fatores venham a interferir.

Enquanto Ibirataia e Ubatã, entre 1940 e 1950, cresceram 210 e 185 por cento, respectivamente, e Ipiáú cêrca de 57%, Itajuípe obteve um incremento de 24,3%.

E' bem verdade que, no caso de Ibirataia e Ubatã, a chegada da BA-2 muito influiu para um tal resultado; mas o incremento obtido por Ipiáú, que se encontra fora daquela via de circulação geral é bem elucidativo da tese que estamos desenvolvendo.

Por outro lado Itajuípe se encontra bem à margem daquela rodovia, mas não registra um aumento assim considerável, pois a propriedade, em seu distrito, sofre já um processo de concentração.

Assim é possível encontrar núcleos com população comparável, mas pertencendo a diferentes categorias, desde que situados em áreas também diferentes. Como Uruçuca, "cidade-vila" que tem 3.300 habitantes e Itagi ou Gandu, "vilas-cidades" com 2.250 e 2.057 habitantes respectivamente.

Ainda pela mesma razão, o fenômeno inverso também pode verificar-se, isto é, população muito diferente e igual categoria funcional, como é o caso de Ipiáú com 6.981 habitantes e ainda Uruçuca com 3.300. Esta fica na mais antiga zona de cultura do município de Ilhéus, a zona do rio Almada, enquanto as outras localidades estão em zonas relativamente novas.

Dentro de uma mesma zona pioneira, entretanto, as unidades de segunda ordem têm, ordinariamente, e pelos mesmos motivos citados, população superior às de 3.^a categoria, enquanto estas aparecem com efetivos mais ou menos comparáveis.

Em 1940, Ipiáu, unidade de 2.^a ordem, possuía 3.806 habitantes, enquanto Ubatã, Ibirataia e Barra do Rocha, localidades de 3.^a ordem contemporâneas do seu "front" pioneiro, apresentavam-se com 876, 938 e 912 moradores, isto é, 23%, 24,6% e 23,9%, respectivamente. Em 1950, quando a rodovia BA-2 já servia a Ubatã e Ibirataia, a relação se atenuava para 35,8% e 41,8%, enquanto Barra do Rocha, fora da circulação geral mantinha-se com população quase igual, correspondendo, então, a 13,7% da de Ipiáu.

Mesmo assim a regra se demonstra inteiramente válida.

Unidades de 4.^a e 5.^a ordem

As unidades de 4.^a ordem não são urbanas, nem suburbanas. Têm uma função especificamente agrícola. Servem, apenas, ao suprimento das necessidades mais essenciais e inadiáveis de uma pequena área em torno, não presidem às trocas, e situam-se ou fora do alcance dos transportes mecânicos, organizando o seu espaço à base do transporte animal, ou, se à margem das rodovias e ferrovias, estão próximos demais de unidades de ordem superior, para que lhes possam arrebatá-las as funções próprias. São os povoados e as vilas propriamente ditas ("villages"). As fazendas maiores, nascidas, via de regra, pela agregação de várias roças pequenas, devem ser igualladas funcionalmente aos povoados e, igualmente, enquadradas na 4.^a categoria. Tais fazendas, que têm ricos proprietários, podem escapar a uma rígida hierarquização.

ção, fazendo diretamente as suas trocas com unidades seja da 3.^a, da 2.^a ou da 1.^a ordem.

Mesmo quanto ao problema do abastecimento, podendo os fazendeiros efetuar compras mais volumosas e dispondo de transporte e maiores capitais, é-lhes mais vantajoso comprar em mercados maiores, bem como nêles vender o seu cacau, por preço que é sempre mais remunerador. Vivendo quase sempre nas cidades, os maiores fazendeiros encontram, por outro lado, atrativos e facilidades para colocação, ali, dos seus produtos, contando, ainda, com recurso dos negócios bancários, tôdas as vêzes que necessitam de dinheiro.

Os pequenos lavradores, porém, sujeitam-se mais de pressa à hierarquia, pois, tendo capital pequeno ou nenhum, além da própria roça, e não dispondo de transporte próprio, não só vendem, por antecipação, a futura safra, aos agentes locais das companhias exportadoras ou aos grandes fazendeiros, seus vizinhos, como fazem suas compras na localidade mais próxima, mesmo porque, morando na sua terra, da qual cuidam juntamente com a família, não lhes é vantajoso, nem econômico, ir exercitar relações comerciais longe de casa. Tais fazendas menores serão as unidades de 5.^a ordem.

As unidades de 4.^a e 5.^a ordem podem girar diretamente sob a órbita das de 1.^a e 2.^a ordem, caso estejam delas mais próximas que da categoria imediatamente superior. E' que não se havendo implantado em tôda a zona cacauera o transporte mecânico, cidades e cidades-vilas exercem também funções típicas de "village", em relação às propriedades que lhes ficam adjacentes.

VII — OS TRANSPORTES

1) OS PORTOS

ENTRE TODOS os Estados do Brasil, exceto o Rio Grande do Sul, é a Bahia o que tem maior número de portos de importância considerável. Dêsses, somente dois se encontram fora da zona cacaueteira, que são o da capital e o de S. Roque.

A zona cacaueteira apresenta, além de portos menores, cujo movimento as estatísticas não registram, os nove seguintes portos: de Alcobaça, Belmonte, Canavieiras, Camamu, Caravelas, Ilhéus, Pôrto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabralia. E' interessante notar que dentre os 53 principais portos do país, 7 estão no litoral dessa região. De acôrdo com a classificação de 1940, dêsses o de Camamu, pelas suas condições naturais está enquadrado na sexta categoria, o de Ilhéus na oitava, bem como os de Canavieiras e Pôrto Seguro; os de Caravelas, Santa Cruz Cabralia e Belmonte, na nona e os demais sem classificação.

Organizado, porém, na rica zona cacaueteira baiana, somente existe o pôrto de Ilhéus, que é um dos 14 que obtêm essa qualificação em todo o país. Na Bahia, além dêle somente são organizados os portos de Salvador e de S. Roque.

O pôrto de Ilhéus, que teve a sua exploração iniciada em 1925, doze anos, portanto, depois do de Salvador, e que

tem como concessionária a Companhia Industrial de Ilhéus, é do tipo de portos de atracação e possui um cais acostável de 525 metros de extensão, sendo servido por 5 armazéns, cuja área é de 555.500 m², dos quais 3.537 m² de área útil. O pôrto de Ilhéus dista 150 milhas de Salvador e 584 do Rio de Janeiro.

O pôrto de Ilhéus, que está situado a 14°47'46" de latitude sul e 40°57'10" de longitude ocidental, tem apenas 950 metros de linhas férreas, o que facilmente se explica, pela notável proximidade entre o cais e a estação da estrada de ferro.

Está situado à margem esquerda do rio Cachoeira, distando cêrca de 1.600 metros de sua foz. Esta situação é responsável pelo seu atual estado, de verdadeira impraticabilidade de acesso aos navios de maior calado. É que os materiais de aluvião trazidos pelo rio se juntam na sua foz, tapando o canal de entrada e impedindo assim o ingresso de grandes navios, com visível prejuízo para o comércio local e regional. Navios de passageiros de regular importância, somente o "Ilhéus" e o "Canavieiras", da Navegação Baiana, e o "Comandante Capela", do Lóide Brasileiro, podem aportar. Os navios de carga ficam ao largo, onde recebem o cacau que até êles é levado pelo caríssimo e inconveniente sistema de alvarengagem. Fora daí, barcos a vela e pequenos barcos a motor se incumbem da navegação de pequena cabotagem, prestando-se ao intercâmbio de mercadorias entre êste e os demais portos do Estado, e conduzindo em seu bôjo passageiros mais conformados ou mais precisados.

Êsse é, sem dúvida, o mais importante pôrto da região, pelo qual escoa quase tôda a produção cacaueira da Bahia. É o maior pôrto cacaueiro do país. Por isso mesmo ocupa um dos primeiros lugares como pôrto exportador, embora esteja como um dos últimos na importação de mercadorias do estrangeiro.

O movimento de navios no pôrto de Ilhéus, apesar das inconveniências atrás apontadas e que dêle afastam os navios de passageiros, é muito grande, tendo em 1945 nêle entrado 725 navios e saído 658. No mesmo ano entraram em Salvador 642 e saíram 654. Esses números nada significariam, tendo em conta a tonelagem de registro, muito maior em Salvador do que em Ilhéus, mas o decréscimo sofrido no movimento marítimo no Brasil, no período da guerra, o qual foi bastante acentuado no Nordeste e Leste, devido à ação dos submarinos do Eixo, feriu mais gravemente o pôrto da Capital, do que o pôrto do cacau. Isto se explica porque os produtos escoados por aquêle pôrto, o fumo, por exemplo, procuravam de preferência mercados europeus, então fechados ao comércio por impossibilidade de acesso, ao passo que o cacau tinha, como ainda hoje tem, o seu principal comprador nos Estados Unidos, para onde a navegação era menos difícil. Daí o menor decréscimo no movimento do pôrto de Ilhéus.

Outros portos da zona cacauçira, apesar de não possuírem o movimento e a importância do de Ilhéus, são servidos por linhas regulares, como os de Canavieiras e Caravelas, sendo que os portos de Pôrto Seguro, Prado e Alcobaça o são pela Navegação Baiana, que os visita uma vez por mês, apesar de os navios ficarem ao largo, onde pequenas embarcações a vela e canoas vão tomar e levar os passageiros e as mercadorias.

*
* *
.

O fato observado no Brasil, de que o mar é a principal linha de comunicações, constituindo, mesmo, o tronco primordial no nosso sistema viatório é facilmente notável na zona sul da Bahia.

A princípio, tôdas as comunicações, não só das cidades desta zona entre si, como entre elas e a capital do Estado e a do Estado e a do país, se faziam por mar. O fato, porém, que devia levar os poderes responsáveis a promover condições de acesso fácil aos portos regionais, não lhes despertou o menor cuidado e o que vemos hoje é o abandono quase completo dos ancoradouros sulinos, quase todos em estado lamentável e sem o movimento que seria de desejar-se.

A interiorização do cacau, porém, forçou a abertura de estradas pelo interior da zona, as quais se incumbem do transporte da mercadoria. Isto veio forçar uma retração ainda maior para a navegação marítima, daí encontrarmos portos como o de Canavieiras, cuja situação é de verdadeira decadência em relação ao movimento de então. Desta última cidade, cujo movimento comercial evidentemente tem se ressentido com o fato, se está construindo uma estrada que, depois de ligá-la à rodovia que corta o interior do município poderá restituir ao porto parte do seu antigo prestígio.

2) AS RODOVIAS

A zona cacauzeira possui inúmeras estradas de rodagem que a cortam, servindo à circulação da riqueza produzida no seu solo.

Além da estrada que liga Itabuna a Ilhéus, com cêrca de 34 quilômetros e que é a mais movimentada da zona, pois é percorrida, diariamente, por 600 veículos, outras há de grande importância para a economia regional.

Dois grandes troncos, porém, enfeixam tôda a rede rodoviária da região, que são os seguintes:

A) **Bahia x Espírito Santo** — que com seus ramais forma a BA-2 no plano estadual ou BR-5 no plano federal,

sendo que penetra na zona cacauceira entre Santo Antônio de Jesus e Gandu, no município de Ituberá, passando por Gandu — Ibirataia — Ubatã — Pedrinhas — Banco Central — Itajuípe — Itabuna — Buerarema — São José — Prates — Rio Branco — Camacã — Itapobi — Itajai — em busca da fronteira do Espírito Santo (em construção essa parte), num total de 422 quilômetros, sendo os seus ramais: — Valença com 34 km; Ituberá, passando por Capela, com 61 km; Taperoá, passando por Nilo Peçanha, com 49 km; Jequié, passando por Ipiaú, Itaúna e Itaperu, com 84 km; Uruçuca, com 10 km; Coaraci, passando por União Queimada e Bandeira com 24 km; Pimenteira, com 15 km; Una, com 69 km, passando em Arataca indo até Pedras; Mascote, passando em Vargito e Pimenta com 32 km, prontos e 49 em construção; Porto Seguro, com 49 km, tendo ramais de Itapitanga, Pouso Alegre e Campo Belo, num total de 485 km em ramais e um total geral de 907 km.

B) Ilhéus x Goiás — que, com seus ramais, forma a BA-8 no plano estadual e ainda não classificada no plano federal e que partindo de Ilhéus e passando pelo Banco da Vitória, Cachoeira de Itabuna, Salobrinho, Primavera, Itabuna, Cajueiro, Ibicaraí, Itamerin, Itapeitinga, indo em busca do São Francisco (Bom Jesus da Lapa) com 188 km na zona cacauceira, sendo os seus ramais os seguintes: Ferradas com 4 km; Barro Preto com 9 km; Itapé com 4 km; Itororó com 4 km e Itaju com 28 km tendo ainda o ramal do Rio do Braço em construção num total de 49 km que dá um total de 237 km perfazendo um total de 1.144 quilômetros de estradas de rodagem.

Além destas estradas, podem notar-se muito poucas estradas carroçáveis, resumindo-se estas somente aos ramais particulares, cuja quilometragem não é conhecida.

O movimento nessas estradas do cacau é muito grande, bastando dizer-se que, em 1948, nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Una e Canavieiras o volume de mercadoria transportada montou a 265.574 toneladas, não tendo sido possível conhecer dados idênticos dos outros municípios, por não haver estatísticas do movimento.

Só no município de Ilhéus há cerca de 117 automóveis, 26 caminhonetes, 141 caminhões, 6 ônibus e 7 motocicletas.

Deve ser salientado o papel desempenhado pelo Instituto do Cacau na ampliação, desenvolvimento e consolidação da rede rodoviária regional. Cerca de 800 quilômetros foram construídos e entregues ao tráfego por essa, autarquia, incluindo-se nesse total uma média de 150 cuja conclusão foi auxiliada pelo órgão máximo dos caucultores baianos.

3) AS FERROVIAS

A zona cacauceira da Bahia é servida por três estradas de ferro que são a E. F. Ilhéus-Conquista, e E. F. de Nazaré e a E. F. Bahia a Minas, isto para citá-las na ordem da sua importância.

Na verdade, a ferrovia que começa em Caravelas nenhum serviço quase presta ao cacau. A Estrada de Ferro de Nazaré, que liga o porto baiano de S. Roque à cidade de Jequié e só serve ao escoamento da pequena produção do sudoeste baiano não pode ser especificamente considerada como ferrovia do cacau.

A Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, conquanto o seu atual traçado não lhe justifique a denominação, pois, partindo de Ilhéus, alcança apenas as cidades de Ubaitaba e Itabuna, é a estrada de ferro que bem merece o nome de estrada do cacau. Compulsando estatísticas podemos observar que mais de noventa por cento da

mercadoria transportada nos trens descendentes é constituída, exclusivamente, pelo cacau.

A Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, classificada entre as de 3.^a categoria, pela sua renda, com bitola de um metro, tem 128 quilômetros de extensão, havendo em seu percurso cêrca de 26 paradas com 13 estações.

São vários os seus ramais, um que chega à cidade de Itabuna, o que alcança a cidade de Itajuípe e outro que vai até a vila de Poiri, defronte da cidade de Ubaitaba.

O govêrno federal cogita agora de realizar a ligação entre Ubaitaba e Jequiú o que comunicará a ferrovia do sul com a do sudeste.

4) OS AEROPORTOS

O transporte aéreo tem um lugar de destaque na vida de relações da zona do cacau. Isso se deve aí não apenas aos fatores de ordem geral que conspiram nesse sentido, mas também a causas particulares como adiante veremos. Além do alto preço do transporte por terra, feito sob o risco de ficar-se no caminho ou chegar-se atrasado, em vista de não serem boas as estradas, há, também, a ausência quase completa de navios, de tal sorte que o tráfego de passageiros tem mesmo que ser feito por avião. O próprio transporte aéreo se vê paralizado quando as chuvas tornam impraticáveis os aeroportos, o que só não acontece em Caravelas que o tem asfaltado e sucede com mais freqüência em Ilhéus, onde já se iniciaram, aliás, os trabalhos de pavimentação. Devemos acrescentar que o próprio transporte de mercadorias é, em boa parte, feito por via-aérea o que contribui para encarecê-las sensivelmente.

A abertura do tráfego do aeroporto de Itabuna fêz diminuir sensivelmente o movimento de Ilhéus, que continua, entretanto, a ser o mais importante aeroporto da zona (ver quadro, fora do texto).

VIII — O COMÉRCIO DO CACAU

1) O COMÉRCIO INTERNACIONAL

O CACAU É UM DOS PRODUTOS que mais contribuem para alimentar grossas correntes do comércio internacional. A dissociação geográfica entre a produção e o consumo é responsável por esse fato. Produto tropical, cuja área de eleição está, principalmente, na faixa intertropical da África e da América, a sua utilização é quase que exclusiva dos países temperados, cujo alto padrão de vida assegura a viabilidade do consumo. O Brasil, por exemplo, consome percentagem diminuta da sua produção.

O cacau é exportado principalmente em bagas. A indústria brasileira de transformação primária utiliza, apenas, cerca de 20 p. cento do total da produção nacional e a africana, mais recente, ainda menos. Assim, o mercado mundial vai se modificando, com a presença naquelas correntes de comércio, de uma parcela crescente de produtos semi-industrializados, como a manteiga, a torta, etc.

Os países maiores produtores são, exatamente, os mesmos que mais exportam, à frente a Costa do Ouro, o Brasil e a Nigéria. Dessarte, a Bahia é o segundo produtor e segundo exportador mundial. Nossa participação, entretanto, não chega a atingir 20% do total comercializado.

Os nossos principais compradores são os Estados Unidos, a Alemanha, a Holanda, a Argentina, a Grã-Bretanha, a Itália e a França. A guerra alterou, de modo marcante, a corrente brasileira de exportação do cacau. Nosso comércio que se fazia em grande margem para os países da Europa, passou a ser feito quase que exclusivamente com os Estados Unidos. Terminado o conflito, o equilíbrio se está restabelecendo. Em 1953, por exemplo, a Alemanha importava maior tonelagem e pagava mais pelo cacau brasileiro que os Estados Unidos. Isso se deve à conjunção de vários fatores, mas principalmente, a três: 1) reabertura da atividade industrial na Europa; 2) melhores preços oferecidos por esse mercado; 3) necessidade, sentida pelos E.E.U.U., de fazerem comércio, também, com outros países.

O maior comprador mundial são os E.U.A. que absorvem, sòzinhos, ordinariamente, cêrca de 40% das safras. Em seguida vem o Reino-Unido comprando menos de 20% do total mundial. No terceiro, quarto e quinto lugares revezam-se a França, a Holanda e a Alemanha.

IMPORTAÇÃO MUNDIAL

EM 1952

(1.000 ton.)

Estados Unidos	259,6
Reino-Unido	105,4
Alemanha	60,8
Holanda	45,9
França	44,6
Outros países	143,7
<i>Total</i>	<u>660,0</u>

A Rússia, até 1952, vinha ocupando sempre o sexto lugar nas importações mundiais, com um máximo de 20 mil toneladas, naquele ano. Nesse particular, devemos observar como a análise dos dados estatísticos se complica. Muitos países da Europa Oriental, atrás da Cortina de Ferro, como se diz comumente, negociam com o Brasil e com outros produtores, cujas relações diplomáticas e comerciais são cortadas com a Rússia. Compramos cacau e o revendem à U.R.S.S. O mesmo fazem, também, os Estados Unidos. Dessa forma não é fácil determinar qual a participação verdadeira do país soviético no mercado cacauero mundial.

O Canadá, cujo consumo industrial é quase igual à produção total brasileira, não nos compra diretamente, mas por intermédio dos Estados- Unidos.

Dois fatos contribuem para a permanência dessas operações triangulares, sem dúvida desinteressantes para os países produtores: 1) ausência de relações comerciais com a U.R.S.S.; 2) a exportação do cacau em bagas possibilitando a sua reexportação pelos países que o industrializam.

Com uma produção insuficiente para influir decisivamente no mercado mundial, o Brasil sujeita-se aos azares comuns aos países produtores de matérias-primas coloniais. A principal dessas fraquezas é a instabilidade nos preços. Estes são ditados pelas bolsas européias e norte-americanas, devidamente controladas pelas respectivas indústrias, cujas necessidades e interesses refletem. Dai a constante oscilação das cotações e o permanente sobressalto dos produtores.

2) O COMÉRCIO LOCAL

O comércio do cacau é exercido, na Bahia, por quatro categorias de organizações: as casas exportadoras, as indústrias de transformação primária, as cooperativas

e um organismo governamental, o Instituto do Cacau da Bahia.

Os menores produtores, os "burareiros", vendem, às vêzes, a sua colheita (e não raro por antecipação) a grandes fazendeiros, seus vizinhos. Dispondo êstes de maiores disponibilidades financeiras e de crédito nos bancos não lhes é difícil fazer, assim, êsse lucrativo negócio. Hoje, essa prática vai rareando, cada vez mais. A zona de produção está cortada por numerosas estradas de rodagem, facilitando a localização, nos lugares mais longínquos, de agências e representantes daquelas firmas exportadoras. Outrora, porém, a ausência de comunicações e a ignorância do plantador que, inclusive, desconhecia os preços correntes, colocavam os pequenos agricultores à mercê de indivíduos espertos, cacauicultores ou não. Êstes adquiriam a preços vis, e por antecipação, a colheita dos "burareiros" das zonas pioneiras e vinham vendê-la, com grandes lucros, às casas exportadoras da capital e de Ilhéus. Êsse personagem tomou o nome de "partidista" — o que vende uma partida — uma espécie de agiota rural. Alguns dêsses partidistas, tomando gôsto por usufruírem dos resultados do trabalho dos outros, manobravam por tal maneira que acabavam achando jeito de tomar para si propriedades alheias. O "caxixe", vigente na zona cacauqueira baiana em princípios do século, tomava várias formas, tinha diversas modalidades, mas consistia, essencialmente, em apossar-se alguém das terras de outrem, mediante artificios. Como, as mais das vêzes, o desbravador da mata não possuía qualquer título de domínio, a tarefa se tornava muito fácil, com a cumplicidade de notários e até de magistrados, quando não pela violência e pelo assassinato dos que ousassem resistir. O "caxixe" é o sucedâneo baiano do "grilo" paulista. Hoje, felizmente, desapareceu.

Êsse é o aspecto patológico da questão do comércio do cacau. Vejamos, agora, seu mecanismo atual. Hoje,

conforme dissemos atrás, as casas exportadoras mantêm, em lugares escolhidos na zona de produção, os seus pontos de comércio, onde os lavradores, no comêço da safra, podem postular empréstimos para financiamento das práticas culturais e após a colheita, entregam o produto. Certa cooperativa usa de processo diverso. Os associados devem entregar o produto em sua sede, no pôrto de Ilhéus, recebendo aí a indenização devida ao custo do transporte. Essa cooperativa não possui agências locais e o sistema parece estar dando resultados, tanto que as congêneres já pensam em adotá-lo.

A atividade dessas agências e representações locais cria duas correntes de deslocamento do produto. A maior parte vai para Ilhéus: é a que se destina à exportação em bagas. Outra parcela, conquanto muito menor, procura a cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, onde vai ser semi-industrializada. Depois é enviada para o exterior, por êsse mesmo pôrto. Apesar de envolver uma pequena parte da produção (cêrca de 15 a 20 p. cento) esta última corrente é bastante forte, pois de Ilhéus, que é o principal pôrto exportador de cacau das Américas, costuma seguir para Salvador, em barcos e pequenos navios que fazem cabotagem, razoável quantidade de cacau em bagas, com a destinação industrial. Em 1953, 8.214 toneladas deixaram o pôrto de Ilhéus com destino ao de Salvador.

A maior parcela do comércio está em mãos das firmas exportadoras. Vem, em seguida, a indústria e depois as cooperativas. O Instituto do Cacau está, praticamente fora do mercado. Houve tempo em que êste absorvia grande parte da produção baiana. Durante o regime da portaria 60, todos os agricultores ficaram obrigados a entregar sua safra àquela autarquia. Depois, vitoriosa a pressão das casas exportadoras, aquela portaria foi revogada: o Instituto do Cacau, por sua vez, misturando suas funções específicas com a política partidária, foi-se desor-

ganizando e desprestigiando, encheu-se de dívidas e terminou por perder quase tôda a sua clientela. Sòmente hoje vai se recuperando lentamente, mas há 4 anos não compra, nem exporta.

As firmas exportadoras, constituídas algumas por capitais estrangeiros, têm sede em Salvador, onde estão os grandes bancos, com os quais são estreitamente ligadas. Operam, indistintamente, com lavradores de tôdas as condições. As indústrias também são sediadas em Salvador, em sua quase totalidade. As cooperativas, cujas sedes estão em Ilhéus e Salvador, sòmente negociam com os seus associados. Todo lavrador pode ser sócio dessas organizações cooperativistas. O Instituto do Cacau, está, paradoxalmente, localizado na capital do Estado, longe da zona de produção. Foi criado quando o grosso da produção era exportado pela capital, mas quer continuar debaixo da boa sombra dos bancos e das autoridades governamentais.

Não é pacífica a convivência das entidades que dominam o comércio de exportação do cacau baiano. Conforme acontece em outras áreas, aqui também se verifica uma luta sem quartel entre casas exportadoras e firmas industriais. Na Bahia, a situação ganha mais um termo, desconhecido na África: são as cooperativas.

Os exportadores acusam os industriais de diminuírem as possibilidades de aquisição de divisas fortes no estrangeiro, pois o volume a exportar diminui consideravelmente com a industrialização. Esse aparente zêlo patriótico encobre o desgosto pela concorrência representada pelas fábricas. Estas, por sua vez, podem atribuir preços mais altos aos produtores, pois gozando de certas isenções fiscais, têm uma maior margem de lucro, que o exportador não pode oferecer. Por outro lado, com o ingresso do cacau na lista dos produtos gravosos, os produtos semi-industrializados obtiveram uma categoria de bonificações mais elevada, o que é do interêsse do país.

Prova do estado de espírito dos exportadores contra os industriais é o recente pedido feito ao govêrno e ao Banco do Brasil, para que iguale na categoria de exportação o cacau em bagas e o cacau industrializado. Dessa forma, pretendem as casas exportadoras criar dificuldades à ação competitiva das indústrias chocolateiras.

O crescente progresso das cooperativas de exportação também assusta as casas exportadoras, que vêm nesse sistema um perigoso rival. Gozando de favores fiscais e operando sem objetivo de lucro, as cooperativas podem, no fim de cada ano, distribuir aos seus associados resultados notavelmente superiores aos que lhes seriam pagos pelas casas exportadoras. Daí o sucesso dessas organizações e a sua relativamente rápida ascensão. A coluna mestra do seu êxito são as isenções de impostos. Isso explica por que as casas exportadoras, com o seu grande poder financeiro, investiram contra as cooperativas (1956) apoiando uma sugestão governamental, já concretizada, visando a retirar certas daquelas vantagens fiscais.

IX — A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CACAU

A PRINCÍPIO, O CACAU baiano era todo exportado “in-natura”. Foi em 1926 que teve início a sua industrialização. Um suíço, de nome Hugo Kaufmann, fundou, em Ilhéus, a primeira fábrica. A princípio, coincidindo com uma fase em que as amêndoas não eram tão bem cuidadas como hoje, as usinas (pouco depois fundou-se outra em Salvador) aproveitavam o “refugo”, parte da produção que era rejeitada pelos exportadores.

Só muitos anos depois de estabelecidas as primeiras fábricas foi que a Cia. Bhering iniciou a fabricação de chocolates em Salvador. Em 1938, porém, teve que desistir, prosseguindo, porém, na produção de subprodutos exportáveis: massa, manteiga e torta. E’ curioso assinalar que até hoje não se montou na Bahia outra fábrica de chocolates. O principal produtor de cacau no Brasil e segundo no mundo importa chocolate de S. Paulo e do Espírito Santo...

Pode-se considerar a existência de dois períodos bem nítidos na curta história da industrialização do cacau baiano. O primeiro período começa em 1926 e vai até as vésperas da segunda grande guerra. O segundo período parte daí.

Na primeira fase, o consumo do cacau pelas fábricas é diminuto. No período 1938-39, as indústrias consu-

miam apenas 1,70% da safra. Nas duas safras seguintes, os acréscimos não foram notáveis.

O primeiro sinal de fortalecimento da indústria é na safra 1941-42, quando o consumo sobe para 5,68% da colheita. Na seguinte safra, a percentagem se eleva para 10,05%. O progresso da indústria baiana de subprodutos de cacau está ligado ao fechamento de várias fábricas européias, especialmente holandesas, no decurso da última conflagração mundial.

O máximo consumo industrial registrado foi em 1953, com cerca de 25,31 p. cento do total comercializado. Foram consumidos, na indústria, 594.343 sacos de 60 quilos. Entre êsses índices não podemos registrar uma curva ascensional perfeita. Há altos e baixos. Em certos anos a indústria sofre uma redução na sua capacidade de absorver a produção baiana. Isso parece ligado à questão dos preços.

Atualmente, são seis as usinas de beneficiamento do cacau existentes na Bahia, as quais têm invertido em instalações cerca de 500 milhões de cruzeiros. Uma se encontra em Ilhéus (é a mais antiga de todas) e as cinco outras em Salvador, capital do Estado. Em 1955, beneficiaram 24.714.784 toneladas, sendo os principais produtos a torta e a manteiga, seguidos da massa e da casca, vindo por último o chocolate amargo, o pó, a casca e os resíduos.

Nota-se, pois, uma tendência à concentração da produção industrial em Salvador, relativamente longe da zona de produção. Em 1938/39, cerca de 70 p. cento da industrialização fazia-se em Ilhéus. Essa percentagem foi gradativamente se reduzindo e em 1946/47 baixava para 19,56%. Essa tendência surge como verdadeiro paradoxo, levando-se em conta que Ilhéus, desde que a rodovia BR-5 (antiga BA-2) carreou para o seu porto a maior parte da produção, arrebatara, assim, a Salvador a primazia na exportação do cacau. Em 1955, saía pelo porto

de Ilhéus cerca de 83,68% do total exportado, restando apenas 16,32 para o pôrto da capital.

A industrialização do cacau é considerada como um bom negócio. Gozando de favores especiais da parte dos governos, admite-se que possa atribuir balanços bem compensadores aos donos das fábricas. Em 1948, houve uma usina que obteve o lucro de 72,88 p. cento sôbre o capital empregado, conquanto a média registrada varie entre 30 e 45 por cento.

Considera-se a fabricação de subprodutos de cacau como uma verdadeira necessidade para o país e para a própria região produtora. Funciona como verdadeiro regulador dos preços, evitando para a nação os conhecidos perigos a que se expõem as áreas exportadoras de simples matérias-primas. Por outro lado, facilitando a estocagem por um período de tempo muito maior que o do cacau em baga, age como autêntica defesa do preço, absorvendo os excessos dos estoques e nos desobrigando, em parte, da sujeição à necessidade de exportar quanto antes, para evitar o perecimento do produto, cuja conservação em bagas é difícil, principalmente em zona de clima úmido.

PERCENTAGEM DA SAFRA CACAUEIRA

utilizada pela indústria baiana de subprodutos
do cacau

1938/39	1,70	47/48	15,79
39/40	3,24	1949	13,60
40/41	2,84	1950	16,56
41/42	5,68	1951	21,47
42/43	10,05	1952	20,34
43/44	8,40	1953	25,31
43/44	15,07	1954	15,83
44/45	19,48	1955	20,20
45/46	17,02		

FONTE: Até 1947/48 — I. Econ. e Finanças da Bahia — “A Industrialização do Cacau”.

De 1949 até 1955 — “Bureau de Estatística da Bahia”.



X — ALIMENTAÇÃO NA ZONA CACAUUEIRA

QUERENDO CLASSIFICAR a região do cacau do ponto de vista alimentar, encontramos-a enquadrada entre as regiões de fome endêmica, aliás mais um ponto de contacto seu com a região amazônica.

E' verdade que, nas cidades, de modo geral, as pessoas de melhores posses se esmeram em apresentar mesas fartas, onde os princípios vitamínicos são abundantes. Estes, porém, e infelizmente, não chegam à metade, e a maioria dos habitantes vive no interior, espalhada pelas fazendas e roças.

E' ainda o fator econômico que, neste caso, como na Amazônia do período áureo de ciclo da borracha, paradoxalmente dá lugar a que a alimentação seja assim deficiente. O fato deve-se, principalmente, à monocultura do cacau que, como tôda monocultura, afasta o lavrador de atividades menos rendosas, como costuma ser a da agricultura alimentar.

No caso particular do cacau, o problema, naturalmente, se agrava, pois, nenhuma outra cultura agrícola é, em nosso país, mais rendosa que essa, sendo, por isso mesmo, rara, a produção de cereais e frutas e quase inexistente a de legumes e verduras.

Por outro lado, se bem que haja criação de gado em quase todos os municípios da região, o consumo da

carne verde é, sem dúvida, insuficiente, para as suas necessidades. O peixe, por sua vez, quase que somente faz parte da dieta alimentar dos habitantes do litoral.

Os alimentos mais comuns na mesa do homem da zona do cacau, principalmente do trabalhador do campo, são a farinha de mandioca, o feijão, a carne seca. Das frutas quase que só aparece a banana, e isto por que serve de sombra aos cacauzeiros.

O caju também aparece, em época de safra, perto do litoral e, mais para o interior, também a jaca e a laranja.

Não há ainda nenhum estudo sistemático sobre a alimentação na zona cacauzeira, muito embora Josué de Castro no seu livro sobre "A fome no Brasil" tenha feito referências ao problema.

Tentamos, com alunos do Colégio de Ilhéus, realizar um inquérito alimentar em fazendas de cacau na zona, entre as quais a fazenda Morro Redondo, onde chegamos a conclusões interessantes. A estudante que relatou o assunto comenta o fato de referência a uma das fazendas: "A base da alimentação é a farinha, a carne e o feijão. A carne de boi é vendida uma vez por semana aos trabalhadores e estes, para conservá-la, aplicam processos culinários comuns. Os trabalhadores comem carne verde durante dois dias da semana, no restante consomem "o jabá". Raramente comem frutas nas refeições (e quando isso fazem dão preferência à banana, laranja ou jaca), uma vez que ditas frutas ficam distantes, sendo necessário que os trabalhadores façam colheita das mesmas dentro dos cacauais. A verdura é raríssima, pois, não existem plantações de hortaliças na fazenda. O leite nem todos podem comprá-lo diariamente".

Chegamos, assim, à conclusão de que a alimentação é mais rica de frutas, escasseando na sua dieta outros

elementos, dando-se o contrário nas cidades, onde a ausência de frutas é um fato.

Não dispomos, é bem verdade, de nenhum inquérito sério para avaliar quantitativa e cientificamente o valor dietético da alimentação na zona cacauêira, mas, olhando-se o mapa de produção dos seus diferentes municípios e compulsando, também, os dados relativos à importação, chegamos a conclusões realmente assustadoras para o panorama alimentar da região.

A decisão do Instituto do Cacau, aconselhando o cultivo de plantas alimentares na zona cacauêira, se discutível sob outros aspectos, do ponto de vista alimentar não deixa de apresentar inegável importância. Sabido como é que o preço do transporte costuma encarecer as mercadorias, principalmente as de fácil perecimento, que são, exatamente, as de mais larga utilização na alimentação, a sua produção perto dos centros de consumo deve, caso não ocorram fatores de perturbação, contribuir para seu barateamento e, sobretudo, para sua existência no mercado, o que redundará, inevitavelmente, em elevação dos índices alimentares regionais, hoje bastante precários.

XI — OS TIPOS HUMANOS

1) O FAZENDEIRO

TALVEZ SEJA EXAGÊRO incluir sob a mesma denominação todos quantos possuam terras plantadas para o cacau. Por lisonja chama-se de fazendeiro a qualquer produtor. Por outro lado não é raro, às vêzes com falsa modéstia, ouvir-se algum fazendeiro forte dizer-se um “burareiro”, isto é, dono de uma “burara”, que é uma pequena propriedade cacaueira, uma roça. Essa qualificação, que demonstra modéstia de quem a usa em relação a si mesmo, será ofensiva se dirigida por, alguém a qualquer outra pessoa.

Ninguém chamará a um outro de “burareiro”. Dir-se-á que é um lavrador, um pequeno agricultor, que é ainda mais delicado, mas “burareiro” nunca.

A designação de fazendeiro ficará para os possuidores de maior extensão de terras e para os que colhem maior quantidade de arrôbas.

O I. B. G. E., segundo observamos em trabalho sôbre a zona, de autoria do professor Giorgio Mortara (Ensaio de Descrição Estatística de uma Zona Fisiográfica — zona cacaueira do Estado da Bahia), admite a existência de estabelecimentos pequenos (até 10 hectares); médios, (de 10 a 100 hectares); grandes (de 100 a 1.000 hectares); muito grandes, de 1.000 a 10.000 hectares; e excepcional-

mente grandes, com mais de 10.000 hectares. Mas há apenas um desta última categoria.

Sendo por profissão um agricultor, o fazendeiro de cacau o que é, sobretudo é comerciante. Sempre atento às oscilações do mercado e ao jôgo da bolsa, de ouvido diariamente pregado ao rádio para conhecer a cotação internacional, reage em sua vida de relações como verdadeiro comerciante. Não tem, via de regra, o amor à terra que caracteriza o camponês. Cuida de sua plantação porque sabe que dela é que hão de vir os grãos de ouro que lhe fazem a fortuna. Mas não tem aquela nostalgia da terra, de que fala Henri Prat, nem a ela se sente indissolúvelmente ligado.

Pode-se aqui referir um outro fato. E' o que se chama de absenteísmo do proprietário das terras do cacau. De fato, grande parte dos fazendeiros vive em Ilhéus, Itabuna e demais cidades da zona, na capital do estado e até na da República, fruindo calmamente as rendas que lhe advêm, anos mais volumosos, outros menos, de suas colheitas. Estes, porém, via de regra, são os grandes fazendeiros, comerciantes em tôda a extensão da palavra, cuja preocupação maior é o fecho de um negócio, às vêzes até com a retirada antecipada de parte do preço. A maioria, porém, não dirige os seus estabelecimentos. Essa é tarefa entregue a um administrador, a quem ficam confiadas tôdas as tarefas da exploração agrícola, cabendo-lhe dar contas, de período em período, ao proprietário distante.

Os donos de pequenas fazendas, das roças ou burarras, porém, têm que permanecer à frente de suas terras. Pode dar-se o caso de um ou outro ganhar amor ao seu palmo de terra. Mas o que o obriga a permanecer ali são as suas pequenas rendas, incompatíveis com o pagamento de salários a um administrador, a necessidade de elevar ao máximo a produção e até mesmo a precisão de interessar tôda a família na exploração agrícola. Dos

pequenos proprietários a maior parte está presente, enquanto dos grandes acontece exatamente o contrário: é a maioria que permanece ausente. Nos municípios da classificação oficial da zona cacauzeira baiana a gestão dos estabelecimentos pelos proprietários abrange 77,86% do número total, com 64,89% da área e 62,90% do valor da produção, enquanto as geridas por administradores, sendo apenas 19,07% do número total, representam 32,50% da área e 35,68% do valor da produção. Está, pois, bem evidente, que são as fazendas maiores as que são dirigidas por administradores.

2) O EXPORTADOR

Não sendo consumido na zona de produção o cacau tem que ser exportado. E, de fato, o é, sendo que a maior porção da colheita baiana vai para os Estados Unidos. Não são os agricultores, mesmo os mais fortes, que diretamente negociam a sua safra. Operam na zona várias firmas intermediárias, incumbidas de sua exportação e que agem, na maioria dos casos, como verdadeiros bancos, adiantando dinheiro antes da safra, com base na entrega de certo número de arrôbas de cacau, após a apanha dos frutos e o preparo das amêndoas. Quase sempre o agricultor cumpre os seus contratos, sendo raro o caso de haver alguém que feche a produção, para depois entregar somente parte ou não entregar nada, vendendo novamente a outro o que já havia vendido antes. O Instituto do Cacau é dos menores exportadores. Houve tempo em que a produção total era-lhe entregue. Mas esse tempo passou e o que hoje se verifica é que várias firmas particulares tomaram-lhe a dianteira, talvez porque sendo ruim o estado de suas finanças, que somente agora se recuperam, não esteja ele em condições de fazer adiantamentos e antecipações de capital, tão do

gôsto do plantador de cacau. Também estão funcionando, com marcante êxito, na zona do cacau, várias cooperativas, que desempenham a contento o seu papel.

Diariamente informado da oscilação dos preços do produto nos mercados compradores, o exportador ou seus agentes podem fazer muitos negócios com notável margem de lucros. O lavrador, por isso mesmo, olha-o quase sempre com uma certa desconfiança, um receio de, no fim, sair apanhando. Esse receio não é geralmente confessado, mas na verdade existe. Por isso ou por aquilo vê-se, porém, obrigado a cair em suas mãos, porque sabe que ali encontrará o dinheiro certo de que necessita para os trabalhos de limpeza da roça e pagamento aos empregados. Fica prêso ao contrato, tem de entregar o produto e assim prossegue o círculo vicioso.

3) O BANQUEIRO

O banqueiro é outro elemento típico da zona do cacau. Haverá poucas regiões em nosso país onde o crédito tenha feito tantos milagres e onde exerça êle tão grande fascínio sôbre os habitantes. Na zona do cacau todo mundo sonha por ter crédito. Tomar dinheiro emprestado, dizem, ali, que é já um bom sinal — sinal de que se merece confiança — sendo coisa muito comum dirigir-se alguém a um banco para fazer um negócio. Além disso parece constitucional na zona o fato de o fazendeiro nada ou quase nada fazer que não seja à base de crédito. Também não é uma nem são duas as fortunas que se construíram com essa origem. Apesar de o dinheiro para os trabalhos agrícolas ser emprestado na mesma base de juros que para o comércio, nem por isso os balanços deixam de registrar um enorme movimento. Tudo isso se explica: sendo o cacau altamente remunerativo, é melhor pagar juros que usar o próprio

dinheiro. Há ainda a hipótese de não se ter dinheiro nenhum para atender às necessidades da produção.

O homem que tem crédito para distribuir, o que recebe dinheiro de uns para emprestar a outros, retira com isso tôdas as conseqüências da sua posição defronte do verdadeiro hábito (ou necessidade) do homem regional, o hábito (ou necessidade) de tomar dinheiro emprestado. Não admira que entre os cidadãos mais respeitados da zona estejam os banqueiros, cuja influência na própria política regional é irrecusável. Em Ilhéus os chefes dos dois principais partidos são banqueiros e um outro é indicado, em todos os pleitos, como candidato de conciliação. Dessa influência se beneficiam até mesmo os representantes locais de casas bancárias estaduais ou de outros pontos do país.

O banqueiro é figura típica da zona do cacau, porque participa ativamente dos ritmos de sua vida econômica e até mesmo fornece um elemento a mais na apreciação de sua psicologia social. Pode-se dizer que é êle o centro da vida econômica regional. Pierre Monbeig comunga dessa mesma opinião.

4) O TRABALHADOR

Os processos culturais hoje em voga na zona do cacau parecem ser responsáveis pela grande movimentação do braço humano, notando-se épocas de concentração e fases de dispersão. Não havendo trabalhos culturais intensos na época do paradeiro, isto é, na entre-safra, os cacauicultores, via de regra, dispensam parte dos seus empregados, necessários ou mesmo indispensáveis na ocasião da colheita. Nessa quadra as fazendas vêem acrescida a sua população, na medida de sua produção e das necessidades da apanha. Isso, que dá uma caracteris-

tica demográfica à região, por outro lado é responsável por que o trabalhador de roça, exceção dos que conseguem ficar permanentemente, não se identifique plenamente com a zona em que trabalha. Atraído por mais altos salários que os pagos nas regiões circunvizinhas e até mesmo pela perspectiva de tornar-se, depois, um pequeno agricultor, a verdade, porém, é que a maioria não se fixa, voltando aos seus pagos ou se encaminhando para outras terras.

Não há, por isso mesmo, especialização de funções. O mesmo empregado tanto pode colhêr os frutos, como parti-los, levá-los ao côcho de fermentação, vigiar a barcaça ou atear fogo à estufa. Não se pode pensar em tornar especializado um trabalhador que chega semanas antes da safra e se retira dias depois. Também ainda não se cogitou seriamente disso, as escolas de capatazes programadas para funcionarem não havendo ainda passado de simples conjectura e de esperançosos planos irrealizados.

Quanto ao regime de trabalho distinguem-se o diarista do empreiteiro, recebendo êste por tarefa realizada e adredemente combinada e aquêle por dia vencido de trabalho.

XII — ALGUNS DADOS
ESTATÍSTICOS

SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO,
absoluta e relativa (1950) dos Municípios
da Zona Cacaueira

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE (km ²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE (km ²)
Alcobaça.....	5 273	34 358	6,5
Belmonte.....	3 290	33 115	10,0
Camamu.....	1 752	23 834	13,6
Canavieiras.....	4 923	53 830	10,9
Caravelas.....	3 773	20 820	5,5
Ilhéus.....	3 603	134 240	37,2
Ipiaú.....	1 048	48 056	45,9
Itabuna.....	4 064	147 730	36,3
Itacaré.....	1 222	23 117	18,9
Ituberá.....	996	27 290	27,3
Jequié.....	3 840	90 155	23,5
Maraú.....	695	8 307	12,0
Mucuri.....	3 328	10 318	3,1
Nilo Peçanha.....	985	18 108	18,4
Pôrto Seguro.....	6 819	25 826	3,7
Prado.....	5 461	33 104	6,0
Santa Cruz Cabrália...	2 892	5 612	1,9
Ubaítaba.....	420	14 013	33,3
Una.....	1 460	11 352	7,7
Zona Cacaueira.....	55 844	763 185	11,87

FONTE: "Inspetoria Regional de Estatística Municipal".

PRODUÇÃO DE CACAU NO ESTADO DA BAHIA
(1918/19 a 1955)

SAFRAS	QUANTIDADE (saco 60kg)
1918/19	799 411
1919/20	650 675
1920/21	993 600
1921/22	430 552
1922/23	912 050
1923/24	1 092 843
1924/25	956 361
1925/26	1 174 467
1926/27	977 139
1927/28	1 297 040
1928/29	1 200 402
1929/30	1 111 809
1930/31	967 599
1931/32	1 531 776
1932/33	1 572 747
1933/34	1 272 615
1934/35	1 602 543
1935/36	2 002 705
1936/37	1 834 675
1938	2 249 368
1939	2 130 858
1940	2 049 466
1941	2 109 361
1942	1 718 280
1943	2 893 468
1944	1 862 419
1945	1 906 789
1946	1 893 147
1947	1 839 162
1948	1 536 383
1949	2 146 583
1950	2 460 517
1951	1 913 566
1952	1 812 316
1953	1 962 300
1954	2.637.459
1955	2.409.735

FONTE: Departamento Estadual de Estatística — Bahia — Divisão de Estatística Econômica.

EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMENDOAS (por países de destino 1951/1953)

PAÍSES DE DESTINO	QUANTIDADE (kg)			VALOR A BORDO NO BRASIL (Cr\$)		
	1951	1952	1953	1951	1952	1953
ÁFRICA.....	224 640	26 020	99 900	3 320 229	233 306	1 492 479
Egito.....	49 980	—	19 980	763 780	—	413 642
Marrocos Francês.....	29 640	—	—	437 227	—	—
Tunísia.....	78 000	—	—	1 127 681	—	—
União Sul-Africana.....	67 020	26 020	79 920	991 541	233 306	1 078 837
AMÉRICA DO NORTE.....	51 625 027	32 738 500	38 772 390	652 285 141	413 419 373	511 693 234
Canadá.....	222 000	719 998	1 020 000	2 481 038	10 131 998	13 164 630
Estados Unidos.....	51 403 027	32 018 502	37 752 390	649 804 103	403 287 375	498 528 604
AMÉRICA DO SUL.....	7 895 230	6 965 090	11 595 765	107 126 294	88 656 532	159 198 835
Argentina.....	6 337 730	5 476 010	9 926 386	92 780 800	69 038 693	136 351 027
Chile.....	1 270 400	939 240	898 320	10 067 508	12 063 448	12 957 108
Paraguai.....	7 800	12 000	11 220	119 470	213 306	153 980
Uruguai.....	279 300	537 840	759 839	4 158 516	7 341 085	9 736 720
ÁSIA.....	452 720	622 891	1 908 000	6 153 244	8 458 814	23 353 983
Japão.....	52 560	622 891	1 908 000	737 962	8 458 814	23 353 983
Turquia.....	400 160	—	—	5 405 282	—	—
EUROPA.....	35 267 503	17 575 235	56 313 821	499 049 110	249 112 652	836 724 418
Alemanha.....	8 185 320	4 719 240	38 504 931	113 403 719	70 262 204	584 960 703
Áustria.....	152 124	74 576	444 393	2 218 590	1 109 808	6 077 741
Dinamarca.....	900 780	293 440	409 260	12 932 063	3 298 050	5 767 393
Finlândia.....	78 000	—	18 476	1 161 440	—	443 550
França.....	4 158 780	556 800	257 800	59 251 323	7 820 994	3 354 433
Grã-Bretanha.....	5 930 258	531 260	4 239 720	86 512 054	7 573 632	59 430 852
Grécia.....	64 565	—	—	939 268	—	—
Holanda.....	6 720 560	5 457 559	2 356 880	99 739 712	75 836 725	29 388 421
Irlanda.....	20 280	9 960	—	295 935	145 299	—
Itália.....	5 832 856	2 890 900	4 559 381	77 577 805	39 875 379	67 309 115
Iugoslávia.....	259 980	36 960	1 247 280	3 746 291	441 561	18 797 307
Noruega.....	125 700	75 720	49 980	1 761 187	1 046 685	617 578
Suécia.....	432 840	1 831 620	183 000	6 155 654	26 700 417	2 625 862
Suíça.....	795 960	34 000	60 000	11 631 684	673 664	706 860
Tchecoslováquia.....	1 199 940	799 680	3 703 680	16 179 591	10 982 401	52 770 166
União Belgo-Luxemburguesa.....	409 560	263 520	279 040	5 542 794	3 345 833	4 474 437
OCEANIA.....	659 400	314 400	—	7 911 174	3 186 243	—
Austrália.....	659 400	314 400	—	7 911 174	763 066 920	—
TOTAL GERAL.....	96 124 520	58 242 136	108 680 876	1 275 835 192	3 186 243	1 532 462 949

**EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMÊNDOAS
PELO BRASIL
(1919/1953)**

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR A BORDO NO BRASIL (Cr\$ 1 000)	% DO VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA	VALOR MÉDIO (Cr\$)
1919...	62 265	93 265	4,28	1 490
1920...	54 419	64 450	3,69	1 188
1921...	42 883	47 549	2,78	1 109
1922...	45 279	68 271	2,93	1 508
1923...	65 329	93 135	2,82	1 426
1924...	68 874	98 174	2,54	1 425
1925...	64 526	99 810	2,48	1 547
1926...	63 310	103 644	3,25	1 637
1927...	75 543	187 418	5,14	2 481
1928...	72 395	148 966	3,75	2 058
1929...	65 558	104 944	2,72	1 601
1930...	68 852	91 688	3,15	1 332
1931...	75 863	98 197	2,89	1 294
1932...	97 513	113 851	4,49	1 168
1933...	96 687	106 357	3,77	1 078
1934...	101 570	129 935	3,76	1 279
1935...	111 826	163 035	3,97	1 458
1936...	121 720	258 015	5,27	2 120
1937...	105 113	229 209	4,50	2 181
1938...	127 888	212 996	4,18	1 665
1939...	132 155	224 586	4,00	1 669
1940...	106 799	191 798	3,86	1 796
1941...	132 944	314 912	4,68	2 369
1942...	71 904	216 629	2,89	3 013
1943...	115 120	342 368	3,92	2 974
1944...	101 920	307 859	2,87	3 021
1945...	83 434	229 159	1,88	2 747
1946...	130 460	651 144	3,57	4 991
1947...	99 041	1 047 731	4,95	10 579
1948...	71 681	1 065 884	4,91	14 870
1949...	132 244	963 505	4,78	7 286
1950...	131 996	1 445 797	5,80	10 957
1951...	96 125	1 275 835	3,92	13 273
1952...	58 242	763 067	2,93	13 102
1953...	108 690	1 532 463	4,78	14 099

EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMÊNDOAS PELO BRASIL
(por portos de procedência — 1951/53)

	VALOR A BORDO NO BRASIL (Cr\$)			QUANTIDADE (kg)		
	1951	1952	1953	1951	1952	1953
AMAZONAS.....	799 200	355 768	297 322	11 338 130	4 738 100	2 853 329
Itacoatiara.....	510 700	207 800	133 800	7 565 190	2 717 101	1 144 952
Manaus.....	288 500	147 968	162 522	3 772 940	2 020 999	1 708 440
PARÁ.....	2 086 460	709 420	2 214 476	24 405 533	5 872 560	20 225 835
Belém.....	2 086 460	709 420	2 214 476	24 405 533	5 872 560	20 225 835
BAHIA.....	88 647 063	54 283 088	100 869 704	1 191 634 579	716 288 150	1 430 468 544
Ilhéus.....	71 261 065	42 682 859	86 809 247	952 762 996	563 568 728	1 212 925 761
Salvador.....	17 385 998	11 600 229	14 060 457	238 871 583	152 719 422	217 542 783
ESPÍRITO SANTO...	3 025 160	2 406 360	5 248 374	32 672 412	30 946 440	77 992 448
Vitória.....	3 025 160	2 406 360	5 248 374	32 672 412	30 946 440	77 992 448
DISTRITO FEDERAL	1 566 637	359 400		15 784 538	3 726 906	—
Pôrto do Rio de Janeiro.....	1 566 637	359 400	—	15 784 538	3 726 906	—
SÃO PAULO.....	—	128 100	60 000	—	1 494 764	922 730
Santos.....	—	128 100	60 000	—	1 494 764	922 730
BRASIL.....	96 124 520	58 242 136	108 689 876	1 275 835 192	763 066 920	1 532 462 949

PRODUÇÃO DE CACAU EM BAGAS

(1943/1947) (*)

MUNICÍPIOS PRODUTORES	QUANTIDADE PRODUZIDA (saco de 60 kg)					VALOR TOTAL (Cr\$)				
	1943	1944	1945	1946	1947	1943	1943	1944	1946	1947
Alcobaça.....	1 500	1 382	1 190	1 743	4 270	105 000	138 200	112 300	122 010	1 366 400
Belmonte.....	150 000	105 331	150 000	154 118	109 420	54 600 000	10 954 424	15 000 000	33 723 300	51 416 458
Boa Nova.....	10 000	10 000	3 963	4 200	12 750	720 000	720 000	475 560	840 000	6 120 000
Cachoeira.....	50	50	90	80	—	5 000	6 000	10 800	12 000	—
Camamu.....	30 000	50 000	50 000	52 650	50 000	2 760 000	5 000 000	6 000 000	14 742 000	20 000 000
Canavieiras.....	160 680	132 845	134 351	168 500	155 000	17 465 916	15 569 434	16 202 731	13 143 000	69 750 000
Ilhéus.....	680 700	675 398	795 006	619 624	745 490	70 112 100	53 113 299	95 400 720	72 948 334	298 196 000
Ipiá.....	121 428	72 264	50 000	72 000	57 318	10 078 524	5 549 875	5 200 000	10 800 000	31 728 000
Itabuna.....	404 881	318 208	353 087	380 000	300 000	40 892 981	32 520 858	35 308 700	38 000 000	51 500 000
Itacaré.....	113 584	137 512	115 654	121 342	131 500	11 358 400	12 307 324	13 878 180	14 561 040	81 530 000
Ituberá.....	66 424	69 890	47 867	49 658	40 565	5 147 860	5 517 816	5 744 040	5 462 380	24 209 192
Jaguapara.....	1 809	1 700	2 013	1 417	1 480	180 900	113 110	211 969	212 550	518 000
Jequiá.....	50 626	69 990	42 000	61 200	41 650	2 430 048	5 281 734	3 360 000	9 180 000	22 491 000
Jiquiriçá.....	210	360	310	370	360	17 850	28 800	37 400	33 300	187 200
Lage.....	616	380	555	750	750	44 352	27 360	56 984	138 000	326 000
Maraú.....	30 761	37 203	24 676	37 421	36 750	3 199 144	3 869 112	3 553 344	4 935 432	20 515 900
Mucuri.....	11 162	20 166	13 800	17 000	17 000	1 339 440	2 419 920	1 104 000	1 386 000	4 380 000
Mutuípe.....	3 640	5 439	4 000	6 415	7 000	262 080	482 439	352 000	878 700	2 188 000
Nilo Peçanha.....	12 600	15 102	15 000	14 100	16 400	1 008 000	1 239 874	1 500 000	846 000	1 968 000
Poções.....	547	250	138	14 100	13 100	42 666	20 400	11 730	4 016 103	6 288 000
Pórtio Seguro.....	7 890	5 450	6 468	7 660	5 600	725 880	523 200	603 352	1 225 600	2 016 000
Prado.....	12 000	10 370	10 016	12 334	15 379	1 200 000	622 200	1 001 600	2 466 800	7 689 500
S. Cruz Cabrália.....	2 418	2 418	666	1 000	1 000	45 080	145 080	39 960	120 000	400 000
Santa Inez.....	282	499	110	214	180	24 816	39 920	8 030	10 050	63 000
Taperoá.....	3 000	2 123	3 100	3 200	3 400	210 000	111 458	272 800	307 200	1 360 000
Ubaira.....	480	433	841	880	900	25 440	24 985	70 429	158 400	414 000
Ubatuba.....	53 900	63 156	14 250	14 500	30 000	5 605 600	6 568 224	1 544 700	1 740 000	14 400 000
Una.....	59 980	61 000	66 068	73 771	39 000	7 197 600	7 520 000	7 928 160	10 512 368	11 700 000
Valença.....	2 300	2 500	1 600	2 900	2 900	207 000	204 750	148 000	638 000	638 000
ESTADO.....	2 893 468	1 862 419	1 906 789	1 893 147	1 839 162	237 141 677	170 459 796	215 173 789	243 164 567	733 358 650

FONTE: Departamento Estadual de Estatística — Divisão de Estatística Econômica — Estado da Bahia.

(*) Comparar com estatísticas mais recentes, no texto.

MOVIMENTO NOS ÚLTIMOS 12 ANOS DOS PORTOS DE SALVADOR E ILHÉUS

ANOS	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO			CARGA TOTAL		TOTAL GERAL
	Salvador	Ilhéus	Total	Salvador	Ilhéus	Total	Salvador	Ilhéus	
1943.....	441.815	27.262	469.077	302.191	89.285	391.476	744.006	116.547	860.553
1944.....	413.390	29.277	442.667	293.811	79.050	372.861	707.201	108.327	815.528
1945.....	356.503	31.309	387.812	276.277	72.919	349.196	612.780	104.228	737.008
1946.....	393.310	36.884	430.194	275.584	122.762	398.346	668.894	159.646	828.540
1947.....	371.472	48.933	420.405	217.121	74.035	291.156	588.593	122.968	711.561
1948.....	397.001	58.773	455.774	223.380	73.339	296.719	620.381	132.112	752.493
1949.....	449.020	53.791	502.611	260.202	135.721	395.923	709.222	189.312	898.534
1950.....	488.678	68.998	557.676	257.655	127.280	384.935	746.333	196.278	942.611
1951.....	530.582	66.608	597.190	221.357	106.408	327.745	751.919	173.016	924.935
1952.....	516.871	46.257	563.128	195.712	68.103	263.815	712.583	114.360	826.943
1953.....	471.649	45.812	517.461	221.897	119.948	341.845	693.546	165.760	859.306
1954.....	494.272	52.533	546.805	308.420	113.206	421.626	802.692	165.739	968.431
1955.....	482.116	61.482	543.598	364.481	117.297	481.778	846.597	178.779	1.025.376

FONTE: Bureau de Estatística da Bahia.

EXPORTAÇÃO DE CACAU PELO PORTO

(Durante os anos

MUNICÍPIO PRODUTOR	INDICAÇÃO	1939	1940	1941	DD
Ihéus.....	Sacos de 60 quilos	718 912	809 492	792 380,50	
	Valor comercial (Cr\$)	54 255 875,10	56 733 017,80	81 103 576,65	
Itabuna.....	Sacos de 60 quilos	-	430 579,25	453 195,25	
	Valor comercial (Cr\$)		27 596 340,00	45 767 352,10	
Itacaré.....	Sacos de 60 quilos	-	65 291	64 414,25	
	Valor comercial (Cr\$)		4 028 803,10	5 677 592,80	
Ipiáú.....	Sacos de 60 quilos	--	50 408,50	72 495,50	
	Valor comercial (Cr\$)		2 906 686,20	5 522 204,00	
Ubaitaba.....	Sacos de 60 quilos	--	20 406,75	22 768,25	
	Valor comercial (Cr\$)		1 291 230,63	2 148 061,70	
Una.....	Sacos de 60 quilos	--	14 670,50	14 017,25	
	Valor comercial (Cr\$)		776 296,00	1 122 613,20	
Marau.....	Sacos de 60 quilos	--	11 822,50	14 575,50	
	Valor comercial (Cr\$)		723 872,90	1 443 741,70	
Camamu.....	Sacos de 60 quilos	--	11 263	15 293,75	
	Valor comercial (Cr\$)		659 616,60	1 276 694,90	
Canavieiras....	Sacos de 60 quilos	--	1 930,50	2 594	
	Valor comercial (Cr\$)		95 857,00	193 606,20	
Boa Nova.....	Sacos de 60 quilos	--	231,50	438,25	
	Valor comercial (Cr\$)		10 854,50	32 503,00	
Belmonte.....	Sacos de 60 quilos	--		800	
	Valor comercial (Cr\$)			44 800,00	
Poções.....	Sacos de 60 quilos	--		4,50	
	Valor comercial (Cr\$)			340,00	
Itambé.....	Sacos de 60 quilos	--		--	
	Valor comercial (Cr\$)			--	
Jequié.....	Sacos de 60 quilos	--	--	--	
	Valor comercial (Cr\$)			--	
Jaguaquara....	Sacos de 60 quilos	--	--	--	
	Valor comercial (Cr\$)			--	
Nilo Peçanha..	Sacos de 60 quilos	--	--	--	
	Valor comercial (Cr\$)			--	
TOTAL....	Sacos de 60 quilos	1 399 895	1 416 097	1 452 997	
	Valor comercial (Cr\$)	99 091 442,30	94 822 574,70	144 333 086,20	

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Agência

DE ILHÉUS, SEGUNDO A ORIGEM
de 1939 a 1947)

1942	1943	1944	1945	1946	1947
576 714,25 65 098 356,70	809 473,50 85 046 258,40	861 100,50 83 596 371,20	680 686 60 396 934,00	824 901 127 424 591,70	489 347 207 003 163,00
236 209,75 26 534 807,40	446 498,75 44 469 463,00	261 825,50 25 799 005,60	314 969 31 286 852,40	516 217 89 595 534,00	236 452 111 999 439,00
51 859 5 445 906,40	75 456 7 519 051,90	40 948 5 105 422,00	69 343 6 266 763,40	98 097 15 056 147,20	36 139 9 310 770,00
44 400 4 140 518,10	49 123,75 4 110 444,40	19 703 2 049 218,00	7 300 671 060,00	151 172 23 843 328,00	91 503 37 125 041,00
26 354,50 2 609 529,90	37 534 3 749 251,20	29 067 3 021 834,50	25 781 2 476 937,70	56 757 9 911 730,00	36 031 11 742 507,00
12 086 1 094 397,70	15 772,25 1 391 947,60	21 585 2 019 129,40	17 066 1 543 738,00	21 628 5 229 934,90	50 463 17 662 050,00
13 282 1 308 385,50	21 898 2 176 519,40	10 458 1 088 444,00	8 637 797 232,00	19 531 2 857 842,00	16 832 5 886 952,00
17 999 1 532 084,30	21 638,75 2 138 365,30	18 852 1 900 638,00	19 912 1 962 468,00	24 082 3 402 148,00	17 868 6 260 659,00
1 047,75 96 076,00	1 018,75 105 800,00	662 54 360,00	271 30 100,00	1 826 745 380,00	41 687 10 547 500,00
994,75 78 797,00	155,25 14 624,00	—	—	6 233 1 551 676,00	6 675 2 336 250,00
—	—	—	—	—	—
—	—	—	23 1 650,00	92 18 400,00	—
—	100 8 600,00	—	60 6 000,00	65 13 500,00	—
—	—	—	—	5 096 1 016 880,00	6 542 2 060 622,00
—	—	—	—	125 27 000,00	210 87 200,00
—	—	—	—	123 25 300,00	120 47 200,00
980 947 107 938 959,00	1 479 369 150 730 325,20	1 273 201 124 694 422,70	1 444 048 111 439 735,50	1 744 945 260 719 391,80	1 030 469 422 159 353,00

Modelo de Estatística Municipal de Ilhéus.

EXPORTAÇÃO DE CACAU E DE OUTROS PRODUTOS NO ESTADO DA BAHIA

(Quadro comparativo)

ANOS	TONELADAS			% DO CACAU E DERIVADOS NO TOTAL
	<i>Cacau e derivados</i>	<i>Outros produtos</i>	<i>Total</i>	
1944	105.177	74.588	179.765	58,51%
1945	84.699	91.579	176.278	48,05%
1946	137.092	101.821	238.913	57,38%
1947	102.640	94.688	197.328	52,01%
1948	73.358	114.973	188.331	38,95%
1949	139.118	130.332	269.450	51,63%
1950	142.280	90.562	232.842	61,11%
1951	105.942	76.990	182.932	72,67%
1952	65.638	83.460	149.098	44,02%
1953	131.814	80.443	212.257	62,10%
1954	128.337	97.988	226.325	56,70%
1955	129.927	106.591	236.518	54,93%

ANOS	VALOR COMERCIAL — Cr\$ 1.000			% DO CACAU E DERIVADOS NO TOTAL
	<i>Cacau e derivados</i>	<i>Outros produtos</i>	<i>Total</i>	
1944	348.113	328.921	677.034	51,42%
1945	252.307	419.421	671.728	37,56%
1946	727.814	605.062	1.332.876	54,60%
1947	1.132.801	584.865	1.717.666	65,95%
1948	1.142.044	484.775	1.626.819	70,20%
1949	1.048.479	464.276	1.512.755	69,31%
1950	1.576.852	538.299	2.115.151	74,55%
1951	1.407.740	526.467	1.934.207	72,78%
1952	848.102	495.139	1.343.241	63,13%
1953	1.805.709	524.678	2.330.387	77,48%
1954	4.338.890	956.342	5.295.232	81,93%
1955	4.083.424	1.212.432	5.295.862	77,11%

FONTE: Bureau de Estatística da Bahia.

**NAVIOS ENTRADOS EM ALGUNS PORTOS DA ZONA CACAUEIRA
NO PERÍODO DE 1943/1952**

PORTOS	ANOS						
	1943	1944	1945	1949	1950	1951	1952
Alcobaça.....	29	—	—	—	—	—	—
Canavieiras.....	165	170	186	141	136	123	144
Caravelas.....	152	231	164	234	303	314	267
Ilhéus.....	731	688	650	860	904	800	648
Pôrto Seguro.....	52	71	73	67	53	64	74
Prado.....	72	68	56	57	77	50	53
Total conhecido da Região....	1 201	1 228	1 129	1 359	1 473	1 351	1 186
Total do Estado.....	2 243	1 882	1 771	2 785	2 753	2 552	2 416

**SAÍDAS DE NAVIOS EM ALGUNS PORTOS DA ZONA CACAUEIRA
NO PERÍODO DE 1943/1952**

PORTOS	ANOS						
	1943	1944	1945	1949	1950	1951	1952
Alcobaça.....	29	—	—	—	—	—	—
Canavieiras.....	164	171	183	143	138	123	144
Caravelas.....	152	231	160	236	303	308	270
Ilhéus.....	738	675	658	862	901	808	645
Pôrto Seguro.....	50	71	75	60	53	62	76
Prado.....	72	66	58	57	76	53	52
Total conhecido da Região....	1 205	1 214	1 134	1 358	1 471	1 354	1 187
Total do Estado.....	2 243	1 868	1 788	2 797	2 744	2 555	2 424

MOVIMENTO MARÍTIMO EM ALGUNS PORTOS DA ZONA CACAUEIRA

PORTOS	NÚMEROS DE NAVIOS		TONELAGEM DE REGISTRO	
	1953	1954	1953	1954
<i>Alcobaça</i>				
Canavieiras.....	140	119	16	17
Caravelas.....	277	278	66	67
Ilhéus.....	780	688	902	768
Pôrto Seguro.....	72	71	6	4
Prado.....	71	67	7	6

MOVIMENTO DOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DA ZONA DO CACAU

ILHÉUS

ANOS	A VIÕES		PASSAGEIROS		CARGA (kg)	
	<i>Aterris- sados</i>	<i>Deco- lados</i>	<i>Embar- cados</i>	<i>Desem- barcados</i>	<i>Embar- cados</i>	<i>Desem- barcados</i>
1941....	104	104	155	147	432	1.434
1946....	437	433	3.446	3.565	2.727	40.349
1952....	3.360	3.360	16.438	16.169	105.868	343.447
1953....	3.058	3.058	16.295	16.086	118.585	457.238
1954....	1.304	1.303	6.882	7.527	53.313	165.908
1955....	1.947	1.948	15.732	15.128	130.515	476.085

MOVIMENTO DOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DA ZONA DO CACAU

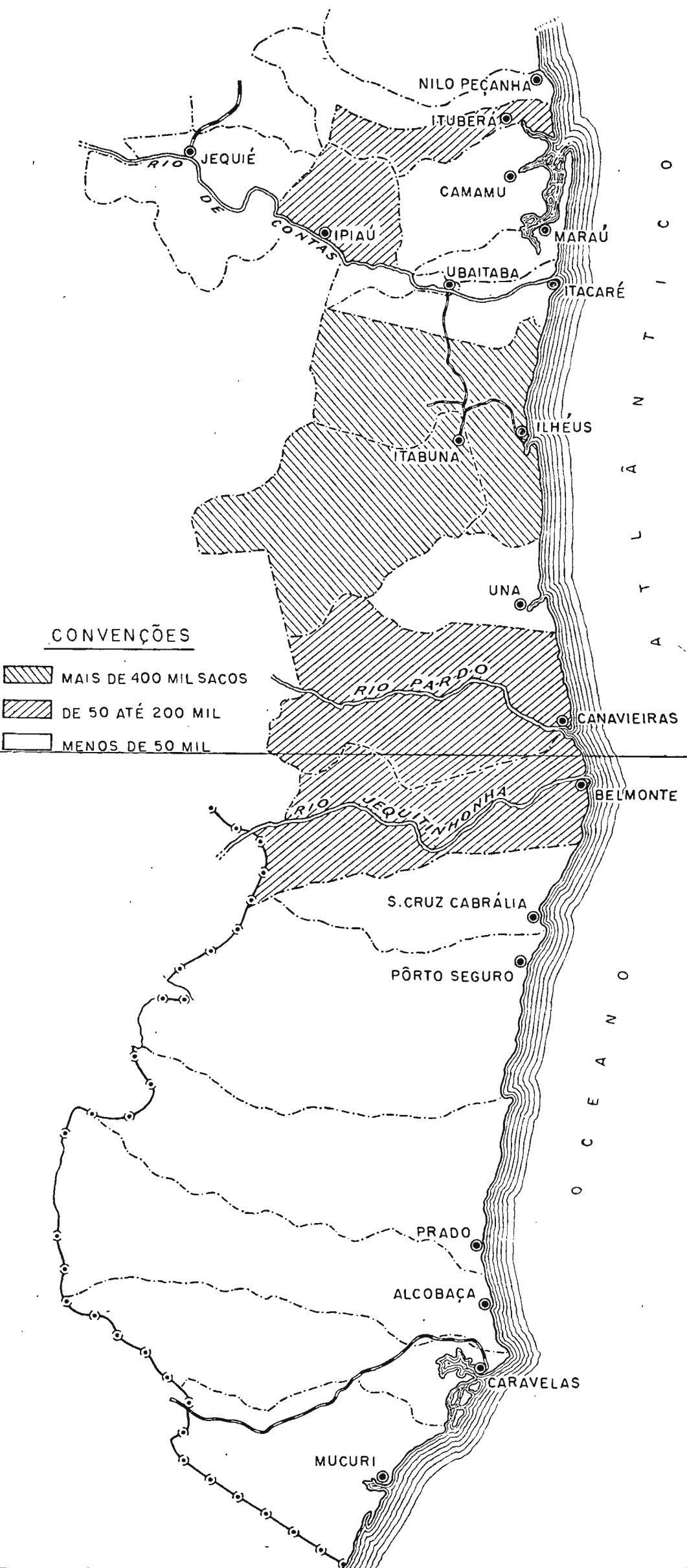
ITABUNA

ANOS	A VIÕES		PASSAGEIROS		CARGA (kg)	
	<i>Aterris- sados</i>	<i>Deco- lados</i>	<i>Embar- cados</i>	<i>Desem- barcados</i>	<i>Embar- cados</i>	<i>Desem- barcados</i>
1953....	—	—	3.829	3.121	9.809	46.574
1954....	—	—	14.771	12.639	18.984	143.796
1955....	1.133	1.131	13.176	12.342	68.141	454.854

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- PIERRE MONBEIG — *Colonização, Povoamento e Plantação de Cacau no Sul do Estado da Bahia*, in *Estudos de Geografia Humana Brasileira* — Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1940.
- GEORGE VIERS — *Le Cacao dans le Monde*, Les Cahiers d'Outre Mer n.º 24 — out-dez. 1953.
- INÊS AMÉLIA LEAL TEIXEIRA GUERRA — *O Cacau na Bahia*, in "Revista Brasileira de Geografia", ano XIV, n.º 1.
- WALTER ALBERTO EGLER — *Aspectos geográficos da cultura do cacau na Bahia*, in "Boletim Carioca de Geografia", ano VI, n.ºs 1 e 2.
- GREGÓRIO BONDAR — *A Cultura do Cacau na Bahia* — Instituto do Cacau da Bahia — Boletim Técnico n.º 1 — 1938.
- MILTON SANTOS — *Ubaitaba, Estudo de Geografia Urbana* — Bahia, Imprensa Oficial, 1954.
- MILTON SANTOS — *O Povoamento da Bahia, Suas Causas Económicas*. Bahia, Imprensa Oficial, 1948.
- ANTHONY LEEDS — *Pesquisas e Problemas da Zona do Cacau* — Série de 4 artigos em "A Tarde", de 29 e 30 de agosto e 1 e 2 de setembro de 1952.
- GIORGIO MORTARA — *Ensaio de Descrição Estatística de uma Zona Fisiográfica (Zona Cacaueira da Bahia)* — Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — 1952.
- CLÓVIS CALDEIRA — *Fazendas de Cacau na Bahia* — Ministério da Agricultura — Serviço de Informação Agrícola — Rio, 1954.
- INÁCIO TOSTA FILHO — *Cacau, Manjar dos Deuses* — Bahia, 1953.

PRODUÇÃO DE CACAU NO ESTADO DA BAHIA



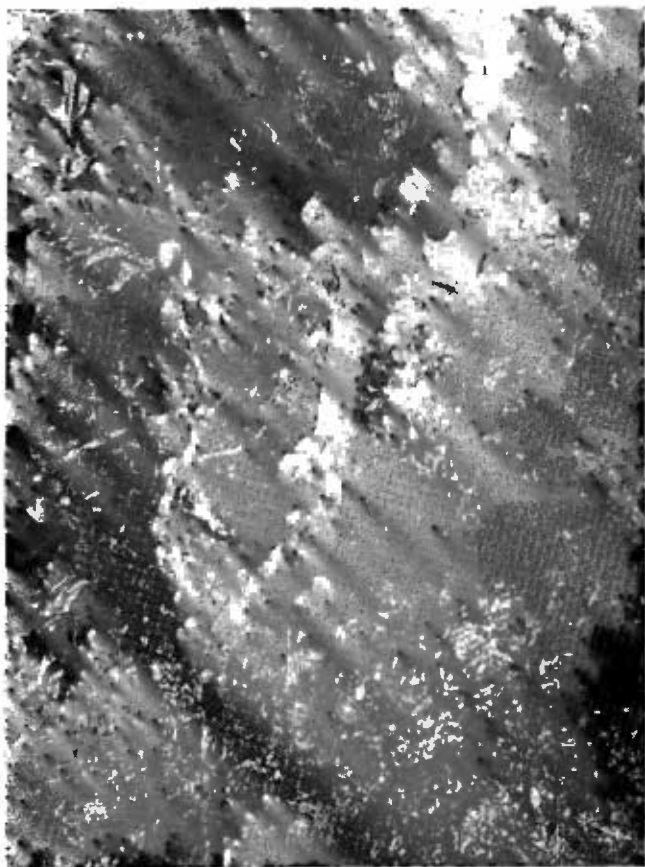


FIG. 1 -- Cacaueiro frutificando.



FIG. 2 — O fruto do cacau cola-se, diretamente, ao tronco da árvore.

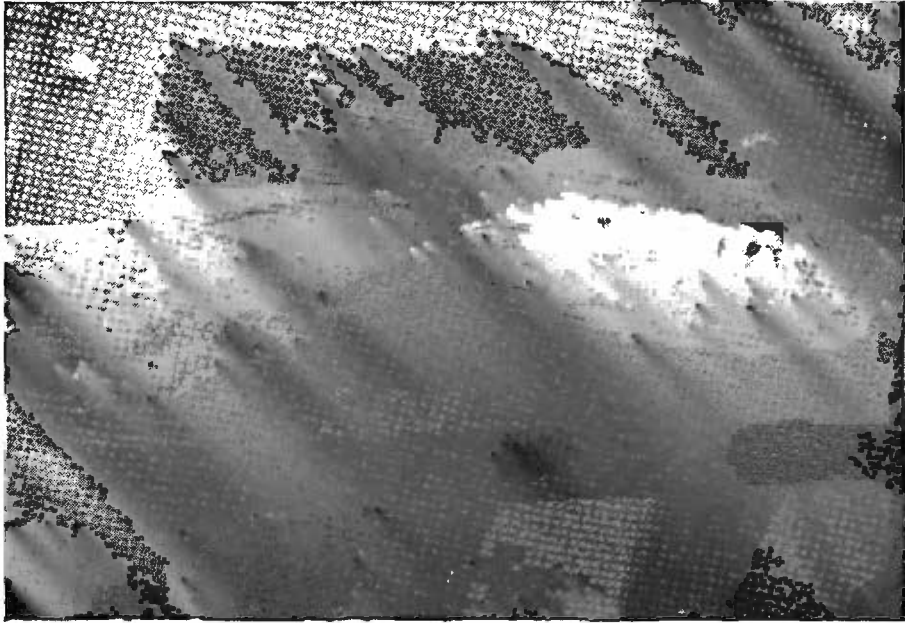


FIG. 8 — O fruto do cacau, antes e depois de partido.

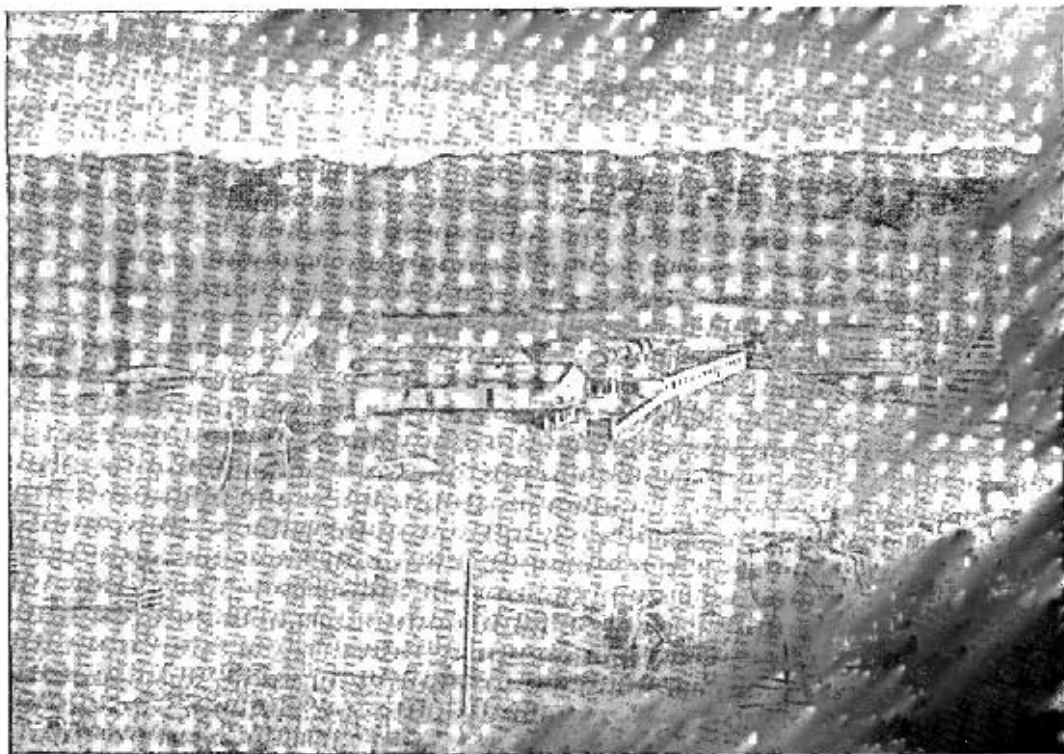


FIG. 4 — Uma fazenda de cacau: os estabelecimentos (barcaça e estufa), em primeiro plano, animais conduzindo cacau partido para os cochos de fermentação e, ao fundo, o cacauero sombreado dando a impressão de mata natural.